

A CRISE NA EUROPA

E O REGIME DE ACUMULAÇÃO
COM DOMINÂNCIA FINANCEIRA



Alex Demirović
Thomas Sablowski

com apresentação de
Jorge Grespan



A CRISE NA EUROPA

E O REGIME DE ACUMULAÇÃO COM DOMINÂNCIA FINANCEIRA

Alex Demirović e
Thomas Sablowski

Com apresentação de
Jorge Grespan



A CRISE NA EUROPA E O REGIME DE ACUMULAÇÃO
COM DOMINÂNCIA FINANCEIRA

Autores: Alex Demirović e Thomas Sablowski
1ª edição brasileira

Revisão técnica: Jorge Grespan

Revisão: Lilian Aquino

Traduções: Kristina Michahelles e Simone P. Gonçalves

Projeto gráfico: Fabiano Battaglia

Capa: Ana Rüsche, Gerhard Dilger e Fabiano Battaglia

Coordenação editorial: Ana Rüsche e Gerhard Dilger

D378a Demirović, Alex e Sablowski, Thomas
A crise na Europa e o regime de acumulação com dominância
financeira / Alex Demirović e Thomas Sablowski; tradução:
Kristina Michahelles e Simone. Gonçalves – São Paulo,
Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

Título original : *Finanzdominierte Akkumulation
und die Krise in Europa.*
104p.

ISBN: 978-85-68302-01-9

1. Europa - Economia. 2. Crise. 3. Economia política
I. Título.

CDD: 330.12

CDU: 339

Esta publicação foi realizada pela Fundação Rosa Luxemburgo
com o apoio de fundos do Ministério
Federal para a Cooperação Econômica e
de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ).

Somente alguns direitos reservados.

Esta obra possui a licença *Creative Commons*



BY-NC-ND (Atribuição - Uso não comercial -
Não a obras derivadas).

A CRISE NA EUROPA

E O REGIME DE ACUMULAÇÃO COM DOMINÂNCIA FINANCEIRA

Alex Demirović e
Thomas Sablowski

Com apresentação de
Jorge Grespan

Tradução
Kristina Michahelles e
Simone P. Gonçalves

1ª edição brasileira



Sumário

A crise mundial europeia na visão de Alex Demirović e Thomas Sablowski <i>por Jorge Grespan</i>	7
A crise na Europa e o regime de acumulação com dominância financeira <i>por Alex Demirović e Thomas Sablowski</i>	15
Perspectivas míopes da crise	20
A relação entre o capital industrial, capital gerador de juros e capital fictício	24
O regime de acumulação com dominância financeira global e suas contradições	28
Indícios da crise do regime de acumulação com dominância financeira	43
Ciclo de crises e crises múltiplas	52
A política da crise europeia e suas contradições	58
A Alemanha e a crise da gestão da crise	67
O que fazer?	74
Bibliografia	87

A crise mundial europeia na visão de Alex Demirović e Thomas Sablowski

Jorge Grespan

Universidade de São Paulo

É frequente lermos ou ouvirmos que a crise econômica mundial em curso está no fim e que em algum lugar os indicadores passaram a ser positivos, animando os mercados e as expectativas dos outros lugares, onde os indicadores permanecem majoritariamente negativos. De fato, a mesma contradição fundante do capital que levou à crise envia também sinais ambíguos que podem ser interpretados, com certa boa vontade, em sentido favorável. E a dinâmica da crise se encarrega do resto, ao traduzir notícias promissoras em movimento de riqueza real e fictícia, em oportunidade para vender e comprar títulos de dívida e de apropriação futura de bens ainda não produzidos. Como sempre, até os boatos servem para alguns se livrarem de papéis podres e para outros acreditarem ter chegado a sua grande chance.

Desde a falência do Lehmann Brothers, em setembro de 2008, a recuperação vem sendo anunciada; mas a crise continua, se alastra e aprofunda. Nenhum país ou região do mundo ficou totalmente fora do seu alcance, mas em cada país ou região ela apresenta características próprias, numa combinação particular de fatores internos e externos, definidos pelas pressões globais. Os ritmos podem ser distintos e criar temporalidades cruzadas e alternâncias que ensaiam momentos de alívio e até a aparente solução dos problemas; mera aparência, porém, que o curso dos acontecimentos a seguir não deixa de revelar.

A situação específica da Europa, com tudo que a distingue no tempo e no espaço, é o objeto do texto de Alex Demirović e Thomas

Sablowski que o leitor tem em mãos. Trata-se de enquadrar a crise europeia na crise mundial, com referências principalmente ao Japão e aos Estados Unidos. Trata-se, contudo, de entender o que de diferente vem ocorrendo na Europa dos últimos anos.

Alex Demirović e Thomas Sablowski são vinculados à Universidade de Frankfurt, onde realizaram seus estudos de graduação e de pós-graduação nas áreas de ciência política, sociologia e filosofia, e onde hoje lecionam como professores convidados. Vêm estudando a crise em seus vários aspectos, tendo proposto inclusive o conceito de “crise múltipla” para definir o fenômeno pelo qual a desvalorização hoje se apresenta não apenas como desvalorização de valor econômico criado pelo trabalho, mas como perda de medidas e referências ambientais, políticas, etc.

E se no presente texto a crise é estudada na sua dimensão essencialmente econômica, ele não a desvincula das outras dimensões que fazem da economia uma totalidade orgânica na qual a presença do Estado, por exemplo, é crucial. A todo momento a análise passa do âmbito estrutural das variáveis econômicas fundadas na relação de capital e trabalho para o âmbito das políticas econômicas, mediante as quais os governos tentam amenizar os efeitos destruidores da crise e organizar a repartição das perdas, de modo a favorecer as classes sociais dominantes. Essa imbricação incontornável das “múltiplas” dimensões da crise é o que caracteriza a crise atual na sua distinção para com outras crises do passado. Se o capital é conceituado na tradição de Marx como valor que se valoriza, uma crise pode ser definida em geral como valor que se desvaloriza. Mas pouco adianta tentar ir mais longe e entender a crise mundial de hoje recorrendo a categorias genéricas ou próprias a períodos anteriores. É preciso apreender o que há de novo agora pela configuração das “múltiplas” dimensões em cada caso nacional e regional. É o que se propõem os autores para a Europa e sua “zona do euro”, parte decisiva da crise mundial, que só pode ser entendida como resultado de mudanças importantes nas formas de acumulação do capital ocorridas nas três últimas décadas. As categorias adequadas à atualidade,

portanto, têm de ser obtidas a partir dessas mudanças reais e isso leva Demirović e Sablowski à reconstituição histórica.

Tudo começa com a chamada “crise do fordismo” nos anos 1970, que configurava o “regime de acumulação” estruturante das várias medidas pelas quais o capitalismo mundial havia conseguido superar a grande crise anterior, da década de 1930. A partir dos anos 1970, o aparato das instituições econômicas, políticas, urbanas e até do modo de vida privado que sustentara a acumulação de capital desde o fim da Segunda Guerra se desarticula e a coloca novamente em alto risco. Baixava de modo inexorável a taxa média de lucro na economia-chave do planeta, a dos Estados Unidos, comprometendo a reprodução do capital global. O remédio impunha a internacionalização ainda mais intensa da produção, deslocada para a periferia do sistema, de forma a aproveitar a mão de obra barata em países de população numerosa e pobre. Aqui no Brasil conhecemos bem a justeza dessa afirmação de Demirović e Sablowski, alvo que fomos de investimentos das empresas multinacionais desde o momento anterior de expansão, na década de 1950, consolidados e ampliados nas décadas seguintes.

Mas mesmo nos países centrais, a superação da queda da taxa média de lucro obrigava a aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, tanto indireta quanto diretamente. Indiretamente, mediante o barateamento dos meios de vida consumidos pelos assalariados: o chamado consumo de massa levou então ao agronegócio e, daí, ao desequilíbrio na relação com o meio ambiente, à deterioração urbana, à poluição generalizada e até ao que os autores denominam de modo perspicaz como “alimentação errada” (p. 53). Diretamente, mediante o enfraquecimento do poder de barganha dos trabalhadores, com queda dos salários, ataque aos sindicatos, demissões coletivas, esvaziamento do Estado de bem-estar social, precarização.

É apenas no quadro dessa alteração profunda na relação entre capital e trabalho que o texto explica o terceiro elemento básico da política de sobrevivência adotada pelo capital a partir dos anos

1980 – a financeirização, que comporia um novo “regime de acumulação”, agora marcado pela “dominância financeira”, numa expressão emprestada da conhecida escola francesa da “regulação”. De todo modo, tratava-se de fazer o trabalhador pagar com a redução do seu salário a dívida do patrão, ao mesmo tempo em que, mais engenhosamente, eram formados fundos de pensão e aposentadoria privados para substituir os públicos, enxugados pela redução dos benefícios sociais, fundos que acabaram se tornando fontes valiosas de dinheiro para aplicação financeira. Os investimentos produtivos perdiam atrativo e os capitais eram desviados para especular com taxas de juros e preços futuros, mobilizando os recursos dos capitalistas do mesmo modo que a poupança dos seus empregados, devidamente aplicada nos fundos de pensão. Só aí é que foi preciso avançar o sinal e desregular o caminho da finança, permitindo livre trânsito ao dinheiro de bancos agindo em áreas distintas do crédito – agrícola, comercial, imobiliário. Surge a engenharia financeira.

E se configura a crise atual. Como dizem os autores: “Enquanto as possibilidades de explorar a força de trabalho viva eram restritas, as demandas da propriedade em relação a processos futuros de valorização em forma de capital fictício cresceram em forma de espiral” (p. 51). Trata-se claramente de um deslocamento operado do polo do trabalho vivo, criador de valor, para o polo da propriedade privada, ou seja, da propriedade de títulos sobre eventual valorização futura de bens relacionados à revolução da informática, da energia e, por fim, mais prosaico, da construção civil. Esses foram os lastros que o sistema financeiro adotou sucessivamente entre 1989 e 2008, para sustentar a especulação e o comércio de papéis.

Tudo isso ruiu quando o lastro cedeu entre os anos de 2007 e 2008. A crise imobiliária norte-americana precipitou crises em outras partes do mundo, ainda mais onde havia também inflação no preço das casas, como na Irlanda, Inglaterra e Espanha. A crise na Europa é o tema principal de Demirović e Sablowski, como foi dito. Aparecem aqui as considerações mais interessantes do texto, que

deixo para o leitor descobrir e analisar. Vale, entretanto, ressaltar desde já alguns pontos fortes.

Em primeiro lugar, desfaz-se a ideia de que o problema reside no endividamento demasiado dos países mediterrâneos, cujos gastos estariam muito acima de suas possibilidades e que agora têm de ser cobertos por empréstimos dos países do norte da Europa. Essa ideia alimenta perigosas crenças nacionalistas e retorna a preconceitos antigos, que os entusiastas da comunidade europeia já imaginavam sepultados, além de servir de plataforma para a imposição das severas políticas de austeridade fiscal. Mas a grande parcela da dívida pública dos países em crise na Europa se compõe de títulos que os governos compraram dos bancos privados quando eles estavam falindo, no primeiro momento da crise, em 2009. Os bancos foram socorridos sem nenhuma contrapartida pelos governos, a não ser a de emprestar mais tarde aos países em crise porque seus governos assumiram a dívida privada dos bancos. Era apenas uma nova edição do conhecido roteiro da socialização das perdas. O excesso original, que de fato houve, aconteceu na iniciativa privada, no financiamento imobiliário especulativo que formou a famosa bolha cujo estouro pôs em perigo a existência mesma do sistema capitalista, tamanha é a importância do crédito para a esfera produtiva, de acordo com a teoria do “regime de acumulação com dominância financeira”.

Por isso, Demirović e Sablowski propõem perceber as relações de classe social que determinam a solução do conflito distributivo, em vez de limitar a perspectiva ao âmbito dos Estados nacionais dentro da Europa. Para a política econômica hegemônica hoje, que prega a redução do gasto dos governos endividados, interessa mesmo definir quais grupos sociais e políticos vão perder mais e quais, menos; quem vai pagar os custos da inevitável desvalorização maciça de capital existente que toda crise provoca; que parcela da população deixará de ser atendida pelos serviços públicos em processo de encolhimento. Um dos aspectos mais fortes do texto é justamente essa perspectiva marxista que desloca o problema inteiro

do ponto de vista unilateral da disputa entre países para o ponto de vista mais abrangente e determinante da luta de classes. De acordo com esse deslocamento, ao impor aos demais governos uma política neoliberal, o governo alemão estaria pondo em prática muito mais o interesse da classe social que andou lucrando pela Europa com o euro, e que agora se debate para não perder suas vantagens, do que o interesse da nação alemã em geral. Nas suas palavras, “é preciso dizer que o governo alemão não defende apenas os interesses do capital alemão. A política de austeridade tão propalada pelo governo alemão tem sido adotada na Europa para garantir a reprodução do regime de acumulação como um todo, correspondendo, assim, aos interesses de uma fração do capital dominante e transnacional que pode ser encontrada em toda a Europa” (p. 18). Tese polêmica, mas crucial.

Realmente, na Europa e nos Estados Unidos assiste-se hoje a uma persistente concentração de renda que aumenta a pobreza ao mesmo tempo em que faz os ricos ficarem mais ricos. É o que explica os recentes dados positivos de crescimento do PIB norte-americano, baseado no consumo de bens caros muito mais do que na alardeada revolução energética do gás de xisto. No caso europeu, os autores observam uma importante transferência de renda e poder para o lado do capital, enfraquecendo o lado do salário como condição perversa da tentativa de recomposição da taxa de lucro. E notam que a Alemanha, ainda mais particularmente, deve sua força produtiva ao fato de que lá, em comparação ao restante da Comunidade Europeia na década de 1990, o salário havia subido menos, graças à reunificação com a Alemanha Oriental, cujos trabalhadores engrossaram as fileiras do exército industrial de reserva do novo país. Essa irrecusável vantagem comparativa apenas se consolida com o euro, que impede os demais países de operar o tradicional mecanismo de desvalorização defensiva do câmbio para recuperar poder de venda.

A austeridade neoliberal, imposta pelo interesse dos grupos beneficiários do “regime de acumulação com dominância financeira” através do governo conservador alemão, tem justamente esse

sentido. Pioram em toda parte os serviços públicos, que entram na conta da reprodução da força de trabalho; reduzem-se os programas sociais junto com o emprego; estimula-se a migração dentro da zona do euro, aliviando a pressão onde o desemprego é elevado e introduzindo mão de obra de alta e baixa qualificação onde o capital ainda contrata. Com isso, reforça-se o mecanismo já presente no euro, que aproveita a assimetria das condições produtivas entre os vários países integrantes de sua área de existência, para criar fluxos de capital geradores de lucro diferencial. O texto arremata: “o desenvolvimento desigual da produção em cada país da zona do euro gera perda de competitividade dos preços em países com baixo crescimento da produtividade. Com isso, aumenta a pressão para reduzir salários, contribuições sociais e impostos sobre capitais” (p. 64). É sintomático, nesse contexto, que à moeda única não corresponda uma política salarial única, ou centrais sindicais atuando no âmbito do continente para contrabalançar as assimetrias originais e intensificadas pelo euro.

Depois das longas e precisas análises, Demirović e Sablowski não se furtam de propor um conjunto de sugestões para a discussão e o posicionamento crítico da esquerda em relação à crise na Europa. Eles recomendam uma atuação firme em defesa dos imigrantes, da igualdade salarial de homens e mulheres, da desprivatização – que não é exatamente igual a uma estatização –, da realização de uma auditoria nas dívidas públicas dos países mais afetados, da criação de sindicatos em nível europeu. No entanto, avisam que a crítica ao neoliberalismo não deve cair no extremo oposto da defesa do retorno às autonomias nacionais: “É necessário romper com o jogo de identificação e contraidentificação; não se trata aqui de contraidentificação, senão de desidentificação. Não se trata de uma defesa da UE atual nem de um retorno ao Estado nacional” (p. 82). Note-se a palavra-chave do texto: “desidentificação”; algo como uma negação a princípio indeterminada, mas com imensa força de determinação. Pela dialética dessa negação, concluem coerentemente os autores, é que a esquerda deveria seguir, rumo à propositura de

uma Comunidade Europeia de cunho socialista na base de um plano maior.

E nesse ponto podemos assinalar o interesse decisivo do texto para o leitor brasileiro. O que o Brasil de hoje tem a ver com todo esse debate? Para além do fato de que vivemos no mesmo mundo, ou que a Europa é parceira econômica importante cujos destinos certamente nos atingem, há ainda um elemento propositivo fundamental. Para avaliar a sua força, nada melhor do que sintonizar uma última vez o texto, citando suas palavras finais, e assim também completar esta apresentação: “Os Estados Socialistas Unidos da Europa seriam apenas uma forma de transição para uma união de toda a humanidade, para uma sociedade sem classes e livre de dominação, na qual o Estado se extingue” (p. 84).



A crise na Europa e o regime de acumulação com dominância financeira¹

Alex Demirović e
Thomas Sablowski

As classes dominantes sempre estiveram – e continuam – divididas na abordagem da atual crise e da Europa: deve-se proteger o euro ou faria mais sentido dividir a zona do euro? Valeria mais a pena abandonar de vez o euro? O Banco Central Europeu deve seguir comprando dívidas estatais ilimitadamente ou isso apenas favoreceria uma política irresponsável de gastos e de endividamento dos Estados-membros, gerando imediatamente mais inflação? É preciso adotar uma política de austeridade a fim de superar a crise ou seria preferível uma política de investimentos com orientação keynesiana? Qual deve ser a relação entre medidas de austeridade e medidas que favorecem o crescimento? Qual a estratégia mais acertada – uma volta ao Estado nacional e suas funções ou o aprofundamento da integração europeia? Quantas funções deveriam ser transferidas para a Comissão Europeia e para o Banco Central Europeu? É preferível salvar países “devedores” como Grécia ou Chipre ou permitir a insolvência regulamentada de países, além da insolvência dos bancos?

¹ Este texto é uma versão revisada e atualizada do nosso ensaio publicado na revista *Prokla* (caderno 166, março de 2012) e posteriormente, numa versão ampliada, na série “*Analysen*” da Fundação Rosa Luxemburg. No presente texto, entre outros, entram resultados de uma discussão do grupo de trabalho para Pesquisa Crítica da Europa (*Arbeitskreis kritische Europaforschung, AkE*) da associação para Análise Social Crítica (*Assoziation für kritische Gesellschaftsforschung, AkG*). Agradecemos a Joachim Becker, Hans-Jürgen Bieling, Pia Eberhardt, Axel Gehring, Fabian Georgi, Mathis Heinrich, Niko Huke, John Kannankulam, Daniel Keil, Anika Kozicki, Roland Kulke, Malte Lühmann, Lukas Oberndorfer e Herbert Panzer, bem como aos colegas do Instituto para Análise Social da Fundação Rosa Luxemburg pelos importantes estímulos e pelas críticas recebidas.

A esquerda não pode permanecer indiferente frente a essa situação. Até agora, a esquerda tem ficado restrita a uma postura defensiva – com pouco sucesso, diga-se de passagem –, na linha de: “Não vamos pagar pela crise de vocês”. Muitas análises da esquerda produzem bons conselhos técnicos para ajudar a controlar a crise. Não que os governantes e as personalidades dominantes estejam escutando. Ainda que o fizessem, não é garantido que isso ensejasse o efeito desejado de controlar a crise. Surge a pergunta sobre o grau do potencial de emancipação da crise. Pois uma crise sempre abre novas possibilidades de ação. Tudo o que até agora pareceu tão natural, não continuará igual. Atualmente, esses potenciais emancipatórios continuam em segundo plano, porque a forma com que se tenta superar a crise produz tendências de ruptura nacionalista.

Até mesmo nas análises esquerdistas, a questão desponta como sendo um problema entre Alemanha e Grécia, entre França e Alemanha... O governo de Angela Merkel aparece como elemento “domesticador”, que obriga os países europeus a adotar uma política de austeridade. Quer queira ou não, essa tendência atinge também a esquerda na Alemanha, que – em face da situação econômica e política ainda relativamente estável – mal consegue fazer ouvir a sua crítica à política europeia em relação à crise.

Nossa proposta, nas páginas seguintes, é compreender a atual constelação no contexto do “desenvolvimento de um regime de acumulação dominado pelo setor financeiro”² As contradições que surgem são específicas. Como não é o regime em si que está em questão, mas as contradições se reproduzem em níveis cada vez mais elevados, arrastando cada vez mais estruturas sociais para dentro da crise. Diante desse pano de fundo, faremos algumas reflexões sobre a política da esquerda e do movimento social na atual situação.

² O conceito de regime de acumulação tem sua origem na teoria francesa de regulação (ver *Aglietta* 1979, 68s.). Um regime de acumulação “é um modo de distribuição sistemática e a realocação do produto social, que durante um período mais longo produz uma determinada correspondência entre as modificações das condições de produção (o volume do capital alocado, a distribuição entre os setores e as normas de produção) até transformações nas condições no consumo final (normas de consumo dos assalariados e outras classes sociais, gastos coletivos, etc.)” (*Lipietz* 1985, 120). O conceito do regime de acumulação com dominância financeira será desenvolvido mais adiante.

Partimos das seguintes hipóteses, isto é, defendemos as seguintes teses:

- a. Embora as contradições entre as frações do capital se tornem mais nítidas, as atuais controvérsias sobre a política da crise nas hostes da burguesia dizem respeito, em primeiro lugar, apenas às diversas medidas para a estabilização do regime de acumulação com dominância financeira e à garantia da riqueza social adquirida, até agora, de maneira particular, dos detentores de patrimônio. No entanto, não se pode ignorar que, em meio à crise, novas possibilidades surjam atrás das costas dos atores. O velho não pode seguir existindo sem limites e o novo ainda não se estabeleceu, mas já se vislumbram alternativas. Elas incluem desde medidas estatais autoritárias até uma transformação democrática e socioambiental com viés socialista, passando pela geoengenharia, o capitalismo verde e o “*green New Deal*”.
- b. A política de austeridade não é outra coisa senão a continuação e o reforço dos processos com meios públicos que ocorrem de qualquer maneira em qualquer crise: as tendências contrárias à queda da taxa de lucro se efetivam, as relações de força se deslocam em favor do capital. Possivelmente, a política de austeridade não resolve a crise, mas enquanto persistir a pressão da crise, sempre é possível adotar medidas contra as classes subalternas. Produz-se a impressão da falta de alternativas, mesmo quando os governos muitas vezes são inseguros e hesitantes quanto ao rumo que devem seguir.
- c. Dentro do regime de acumulação global com dominância financeira, os países da Europa assumem posições diferentes. Junto com a concorrência do capital, isso faz com que os diferentes países se bloqueiem mutuamente com modificações substanciais da regulação do setor financeiro, favorecendo

a manutenção do *status quo*. Mas as controvérsias entre os governos não deveriam ocultar as concordâncias básicas. Depois das modificações introduzidas pela Governança Económica Europeia (*European Economic Governance*), pelo Mecanismo de Estabilidade Europeu, o Pacto Fiscal e o planeado Pacto para a Competitividade, surgem no horizonte tanto o aprofundamento quando o aguçamento da abordagem liberal da integração europeia (ver Fisahn 2012, Konecny 2012, Heinrich 2012, Oberndorfer 2012a, 2012b).

- d. O papel da Alemanha tem sido especialmente criticado, porque o governo Merkel obriga os países da zona do euro a puxar o freio da dívida e, em última análise, a aceitar o controle de sua política pela Comissão da União Europeia. De fato, o peso específico da Alemanha na União Europeia ficou maior. O capital alemão, até agora, desponta como vencedor da crise. No entanto, é preciso dizer que o governo alemão não defende apenas os interesses do capital alemão. A política de austeridade tão propalada pelo governo alemão tem sido adotada na Europa para garantir a reprodução do regime de acumulação como um todo, correspondendo, assim, aos interesses de uma fração do capital dominante e transnacional que pode ser encontrada em toda a Europa. Portanto, não acreditamos que a tese de um imperialismo alemão seja plausível, se isso significa – dentro da teoria imperialista clássica – que o Estado nacional apenas representa os interesses de uma burguesia nacional.
- e. O principal dever da esquerda é organizar a defesa das classes subalternas contra a política de austeridade. No que se refere à estratégia da política para a Europa, a esquerda não deveria – como a direita – posicionar-se contra a Europa, e sim ter como objetivo maior os Estados Unidos Socialistas da Europa, vale dizer: uma união política que possa garantir um

equilíbrio social no âmbito da Europa. Por motivos táticos, faz sentido apoiar-se no Estado nacional e nas consequentes não sincronidades nos esforços para defender espaços de ação contra a integração neoliberal e no sentido de desenvolver alternativas. Nesse sentido, por exemplo, foi correto rechaçar o acordo constitucional da UE, assim como foi acertado rechaçar o Pacto Fiscal. Os acordos europeus precisariam ser modificados em vários aspectos. A liberdade das pessoas na Europa somente pode ser garantida se se eliminar a liberdade do capital. A Europa precisaria ser reconstruída de baixo para cima – por exemplo, através da votação para uma Assembleia Constituinte e através de uma União Social.



1. Perspectivas míopes da crise

Há bastante tempo, a crise na Europa aparece como sendo o resultado do endividamento público. Os motivos geralmente apontados são: sistemas sociais mal adaptados, gastos públicos excessivamente elevados, um serviço público excessivamente inchado e a falta de competitividade. É preciso dizer, no entanto, que se trata apenas de um dos lados do longo processo da crise financeira e econômica global. Sua eclosão aberta foi marcada pela crise do mercado do crédito imobiliário de alto risco nos EUA, que evoluiu para uma crise dos bancos e, em seguida, para a crise dos orçamentos públicos e do euro. Diferentemente do que vem sendo propagado há várias décadas pela ideologia neoliberal – discurso agora novamente retomado na crise –, as sociedades da Europa não “viveram acima de suas possibilidades”. O que aconteceu foi que os déficits orçamentários cresceram com os “pacotes de salvamento” públicos para os bancos, os pacotes conjunturais, a queda nas receitas fiscais, o crescente desemprego, bem como os gastos sociais que aumentaram durante a crise em relação ao PIB.

Nossa tese é que, neste momento, estamos vivendo uma crise múltipla da formação social burguesa e uma “grande” crise do modo capitalista de produção. É uma crise “grande” porque, diferentemente das crises “menores”, não pode ser resolvida através de pequenas adequações no âmbito do regime de acumulação e do modo de regulação predominantes do capitalismo. A crise atual exige uma transformação profunda das condições sociais (ver Altvater 1983, 93s.; Lipietz 1985, 113; Boyer 1986, 66s.).

Podemos falar de uma crise orgânica, para usar a expressão de Antonio Gramsci: em vários países, a crise econômica evoluiu para uma crise política e ideológica, para uma crise de representação, na qual a abordagem do desenvolvimento social é cada vez mais posta em xeque (Candeias 2010). Trata-se da crise do regime de acumulação de dominância financeira, que representa a forma hoje predominante de realização do capital, e que vem se configurando desde os anos 1970 para superar a crise do fordismo (ver Aglietta 1979,

Lipietz 1985). No caso da Europa, acrescentem-se a isso as contradições da União Monetária Europeia e do Pacto de Estabilidade Europeu.

Duas acepções bastante disseminadas nos setores da esquerda se contrapõem a uma compreensão correta da crise: de um lado, a perspectiva de que a crise foi motivada unicamente pela ganância desmedida dos bancos, cuja “verdadeira” função deveria ser a de “servir” à “economia real”. É verdade que a atual crise é também uma crise de bancos. Mas a ganância desmedida dos bancos não significa um desvio de rotas, uma divergência de alguma outra maneira supostamente correta de funcionamento. Assim como acontece com qualquer outra empresa, os bancos precisam valorizar seu capital, fazer o dinheiro gerar mais dinheiro. E a pressão pela valorização do capital, que sempre é desmedida, é imposta aos bancos – como a qualquer outra empresa – pela concorrência, sob pena de sua própria falência.

A ganância subjetiva dos bancos é apenas uma das consequências da inter-relação estrutural do modo de produção capitalista. O capitalismo nunca trata, em primeiro lugar, da satisfação das necessidades humanas – apenas um meio para a finalidade última, que é a valorização do capital. Por isso, os bancos só podem “servir” à “economia real” sob a condição de responder à pressão desmedida pela valorização do capital. Tampouco é verdade que os bancos dominem unilateralmente o comércio e a indústria, como sugere uma concepção baseada em Rudolf Hilferding. No capitalismo, existe uma interdependência mútua entre bancos, comércio e indústria. A parcela da esquerda que enxerga a causa da crise unicamente nos bancos se entrega à ilusão de que a crise poderia ser superada simplesmente por uma forma diferente de regulação dos bancos e dos mercados financeiros.

Tão problemática quando isso é outra abordagem da esquerda, que considera qualquer análise crítica do setor financeiro como uma crítica abreviada ao capitalismo ou mesmo como antissemitismo. Nesse caso, a produção é vista como essencial, a circulação apenas como fator secundário, mera superfície da produção capitalista.

Essa acepção segue de maneira estrita e pouco crítica a reflexão de Max Horkheimer de que, com o predomínio de monopólios que imperam no mercado, eliminou-se historicamente a transmissão das condições de produção através da circulação (Horkheimer 1988b, 325). Essa tese, que não se sustenta empiricamente, pretende explicar que os judeus – que praticamente foram obrigados a adotar a função de banqueiros por causa do veto cristão aos juros – não são mais úteis ao capitalismo e foram alçados à condição de vítimas pela propaganda fascista.

Hoje em dia isso permite a conclusão ideológica inversa de que qualquer crítica na indústria do mercado financeiro seja antissemita. Nesse campo, os esquerdistas concordam com o diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas de Munique (Ifo), Hans Werner Sinn, e o ex-presidente alemão Christian Wulff. Eles defendem os dirigentes de bancos usando o argumento de que eles se assemelham a judeus perseguidos.

Assim, a crítica ao capitalismo se reduz à crítica ideológica e se abrevia, apesar de suas próprias exigências, por nem se esforçar em investigar as formas especiais e relativamente autônomas do capital financeiro e suas respectivas funções. Não leva em consideração nem mesmo as transformações históricas da regulação do modo de produção capitalista e seu significado político. Desse modo, a crítica ao capitalismo permanece abstrata e não consegue responder estratégica e taticamente à crise presente. As sociedades atuais, dominadas pelo modo de produção capitalista, no entanto, diferem das sociedades de 50, 100 ou 150 anos atrás. Efetivamente, nas últimas décadas surgiram transformações na maneira de desenvolvimento do capitalismo que nós compreendemos como a formação de um regime de acumulação com dominância financeira. Com isso, queremos dizer que o modelo de produção capitalista e as sociedades por ele determinadas percorrem fases históricas divididas em distintos períodos. Em outras palavras: o modo de produção capitalista se caracteriza pelo fato de estar em constante transformação. Podemos distinguir vários padrões dessas transformações relativamente

estáveis ao longo de períodos mais longos. Nos centros capitalistas, é possível distinguir – no contexto da teoria da regulação – um modo de regulação liberal nos séculos 19 e 20, um modo de regulação intervencionista de bem-estar, fordista, nos anos 1950 a 1970, bem como um modo de regulação baseado na insegurança desde os anos 1980.³



³ O conceito de “modo de regulação” designa “a totalidade de formas institucionais, redes e normas explícitas ou implícitas que garantem a compatibilidade de formas de comportamento do âmbito de um regime de acumulação, tanto correspondendo ao estado das condições sociais quanto além de suas propriedades culturais” (Lipietz 1985, 121).

2. A relação entre o capital industrial, capital gerador de juros e capital fictício

Conforme demonstrado por Marx em *O Capital*, a “valorização do valor” assume diferentes formas que se tornam mutuamente autônomas, mas que estão interligadas em uma relação sistêmica. E é precisamente nas crises que a relação das diferentes formas autônomas de dinheiro e do capital se impõe pela força. De um lado, pode-se emprestar capital para a produção de mercadorias ou serviços. Ele funcionará, então, como capital industrial: contrata-se força de trabalho, compram-se meios de produção – o capital de dinheiro é transformado, assim, em capital produtivo. Trabalhadores produzem mercadorias sob a égide do capital. Nesse processo, não apenas se reproduz o valor da força de trabalho e dos meios de produção como também se produz mais-valia. Mercadorias são vendidas, e o capital mercadorias volta a ser transformado em capital dinheiro, ao mesmo tempo em que se realiza a mais-valia. Uma parte da mais-valia realizada é reinvestida – ou seja, acumulada –, e o capital aumentado volta a percorrer o ciclo.

Esse ciclo do capital industrial está interligado com o ciclo do capital portador de juros (*Obras Completas Marx e Engels* v. 25, 350pp.). Como o dinheiro não funciona como mero meio de circulação, mas também como capital, qualquer quantia de dinheiro pode ser vista como capital em potencial. Nessa qualidade de capital potencial, o dinheiro não apenas faz o papel de intermediador da troca de mercadorias, mas também se torna, por sua vez, mercadoria: é emprestado contra pagamento de juros. No ciclo do capital portador de juros, o dinheiro parece se multiplicar. Portanto, como observou Marx, o capital portador de juros é “a mãe de todas as fórmulas insensatas” (idem, 483). O ciclo do capital portador de juros tem uma relação contraditória com o ciclo do capital industrial: com o “capital financeiro” antecipado, o capital produtivo pode ser ampliado, ou seja: potencialmente, pode produzir mais mais-valia e ser acumulado. Por outro lado, os juros a serem pagos pelo capitalista industrial, em sua condição de tomador de crédito,

representam um desconto de sua mais-valia. Esta se divide entre juros e lucro empresarial. Entre o credor e o tomador do crédito há, portanto, de um lado, um conflito de interesses quanto ao volume dos juros a serem pagos. Por outro lado, tanto o credor quanto o tomador do crédito se beneficiam da exploração maximizada da força de trabalho quando a mais-valia realizada é superior aos juros a serem pagos.

O ciclo do capital portador de juros é importante para a reprodução ampliada do capital social total. A necessidade da oferta e da demanda de crédito pode ser explicada a partir do ciclo de capital industrial, no qual sistematicamente dinheiro fica ocioso. Assim, por exemplo, o capital fixo, investido em máquinas e instalações industriais, só se amortiza gradualmente ao longo dos anos: pouco a pouco, o valor do capital fixo transmitido para as mercadorias produzidas volta sob a forma de dinheiro para as mãos do capitalista. Este nem sempre pode reinvestir o dinheiro em capital produtivo, mas pode colocá-lo à disposição de outros capitalistas enquanto capital portador de juros, participando, assim, de seus processos de valorização. Contrariamente, capitais industriais em geral precisam de um fundo de reservas – um capital adicional que pode ser conseguido através da tomada de crédito – para garantir a continuidade de seus processos de agregação de valor.

Através do crédito, a acumulação pode ser ampliada para além do limite da mais-valia realizada. Isso se aplica não apenas ao capital individual, mas também ao capital social como um todo. Através do sistema de crédito, a mais-valia já realizada na forma de dinheiro ocioso é transformada em capital portador de juros, e assim os bancos criam dinheiro para crédito “do nada”, ou seja, em somas que ultrapassam em muito o produto de valor social criado anteriormente e colocado à sua disposição sob a forma de depósitos. Com a promessa de pagamento de juros, criam-se direitos sobre trabalho social futuro. Essa antecipação – em parte, de longo prazo – do futuro só é possível se existir segurança na expectativa e se existirem condições de tal forma estáveis que o capital de dinheiro antecipado realmente volte.

A partir dos ciclos do capital industrial e do capital portador de juros surge outra forma de capital que ganhou crescente relevância nas últimas décadas: o capital fictício (*Obras Completas de Marx e Engels* v. 25, 482s.). O capital fictício surge através da securitização de créditos, ou seja, através da revenda das obrigações dos créditos respectivamente pela formação de sociedades por ação, em que o capital investido na empresa aparentemente é duplicado na forma de ações. Marx designa os títulos de valores por capital fictício, porque os títulos em si não são expressão de capital funcional, apenas incorporando direitos legais sobre partes do produto, cuja produção é esperada em processos de valorização futura. O capital fictício mantém o seu “valor” – ou seja, o seu preço – apenas na medida em que exista a crença em futuros processos de valorização, quer dizer, em que se encontram compradores para esses títulos. Os aumentos de cotação dos títulos tornam-se uma forma autônoma de valorização que determinam o rendimento do capital em dinheiro investido, além dos juros que fundamentam o preço de títulos com juros fixos, ou além dos dividendos pagos aos acionistas. Assim como a especulação sobre mudanças de preços de outras mercadorias, a especulação em torno de mudanças do preço do capital fictício é a base dos negócios financeiros com derivativos: negócios a termo, negócios com opções e *swaps* têm o caráter de apostas em torno dessas mudanças de preço. Os negócios com derivativos financeiros podem servir de garantia contra oscilações de preços – mas, ao mesmo tempo, constituem fonte independente de valorização especulativa do capital financeiro. A função de garantia não pode ser dissociada da especulação, uma vez que em qualquer negócio de garantia é preciso um partido oposto que especula em torno de uma evolução contrária aos preços subjacentes ao negócio em questão.⁴

⁴ No capitalismo, qualquer investimento é especulativo, uma vez que a conservação e a valorização do valor sempre são incertas. O caráter especulativo – no sentido estrito – de instrumentos financeiros derivativos é especialmente evidente quando eles são comprados apenas para extrair lucro de mudanças de preço. Assim, por exemplo, é possível comprar um *credit default swap* – um *swap* de incumprimento de risco – da dívida pública grega sem deter títulos da dívida pública grega.

Para o investidor de capital, a diferença de forma entre o capital fictício e o capital que efetivamente funciona não tem qualquer relevância. Essa diferença só começa a vigorar nas crises, assim como a diferença entre dinheiro para crédito ou dinheiro contábil e “dinheiro verdadeiro” – quando se revela a falta de valor do capital fictício ou do crédito. Mas é importante frisar: não se trata apenas de riqueza nominal, e sim da destruição de títulos de propriedade adquiridos, para o qual foi feito algum trabalho social e que foram apropriadas pelos detentores de capital de uma forma ou outra. Alguém sempre perde em termos reais – não por último, a crise é um embate sobre quem são os perdedores.⁵



⁵ Sobre a importância do dinheiro, do crédito e dos mercados financeiros no capitalismo em geral, ver *Itoh/Lapavistas* 1999; sobre a evolução histórica do dinheiro e do crédito em uma perspectiva da teoria da regulação, ver *Guttmann* 1994.

3. O regime de acumulação com dominância financeira global e suas contradições

Todas essas formas e todos esses processos são características gerais do processo capitalista de valorização. Dentro do regime de acumulação com dominância financeira, são trazidas para um contexto específico. Para compreender esse regime e a crise a ele ligada, é importante observar de perto a evolução dos circuitos do capital industrial, do capital portador de juros, do capital fictício e dos derivativos. O contexto desses circuitos varia, sendo possível distinguir três tipos de modificação com temporalidades diferentes: 1) transformações conjunturais no contexto das crises cíclicas, 2) transformações do regime de acumulação e do modo de regulação no contexto das crises “maiores”, 3) transformações de longo prazo (tendências de desenvolvimento do modo de produção capitalista). Como não existem – e nem poderiam existir – indicadores empíricos imediatos na contabilidade da economia para conceitos marxistas centrais como capital constante e variável ou mais valia, é difícil tornar plausíveis as reflexões de fundo teórico sobre o capital.⁶ Por isso, as ilustrações empíricas a seguir configuram uma primeira aproximação no sentido de tentar compreender as modificações nas relações entre capital industrial, capital portador de juros e capital fictício.

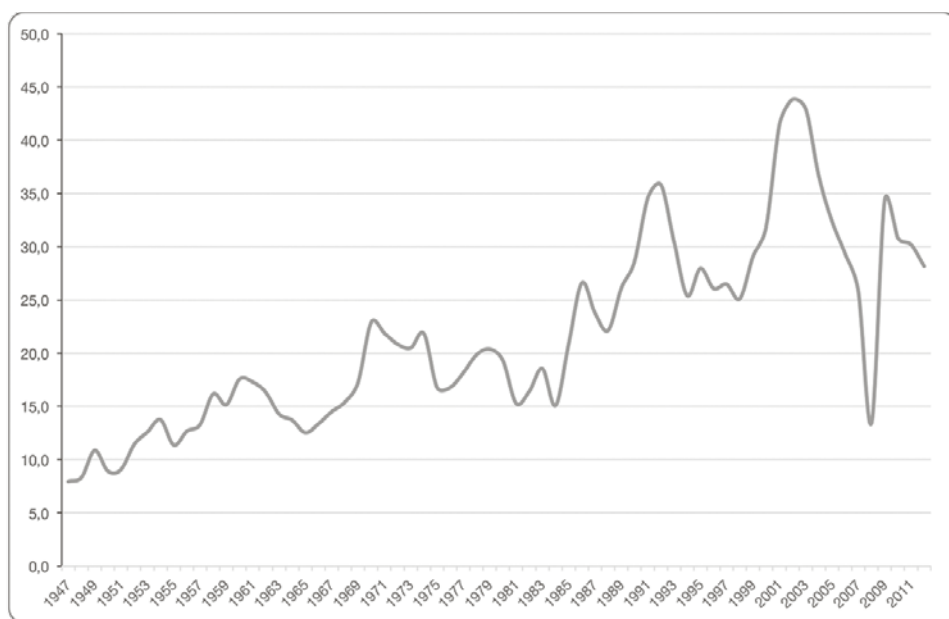
Partimos da hipótese de que o capital portador de juros, principalmente o capital fictício e os derivativos, cresceram muito mais rapidamente nas últimas décadas do que o capital industrial.

Entre 1947 e 2012, a participação dos lucros nas empresas de capital do setor financeiro no lucro de todas as empresas de capital dos EUA saltou de 8% para 30% (ilustração 1; ver Krippner 2005). Se esse período for subdividido *grosso modo* em um período fordista (1947-1973) e um período pós-fordista (1973-2011), resulta um crescimento de 8% para 20% no primeiro período e de 20% para 30% no segundo. Aparentemente, trata-se de uma tendência de longo prazo e que caracteriza ambos os subperíodos. A ilustração 1 evidencia que a

⁶ Ver críticas à contabilidade macroeconômica e tentativas de usar seus dados para análises marxistas no projeto *Klassenanalyse* 1976, Wienold 1982, Shaikh/Tonak 1994.

participação dos lucros realizados no setor financeiro como percentual dos lucros de todas as empresas de capital aberto oscila bastante; por isso, comparar anos isolados pode conduzir a equívocos. Dependendo do espaço de tempo analisado, os resultados podem ser, respectivamente, diferentes. Mas a tendência dessa evolução é incontestável.

Ilustração 1: Participação dos lucros do setor financeiro nos lucros de todas as sociedades de capital nos EUA de 1947 a 2012 (em %)



Fonte: Departamento de Comércio dos EUA, Bureau of Economic Analysis: NIPA Table 1.14, cálculos próprios.

Em comparação com o PIB, os créditos privados de bancos e outras instituições financeiras nos EUA subiram de 71% em 1960 para 93% em 1973 e 202% em 2007; na Alemanha, de 39% (1960) para 72% (1973) e 105% (2007) (dados da *Financial Structure Database* do Banco Mundial, 21/11/2008). Nos EUA, os créditos privados de bancos e outras instituições financeiras, em relação ao PIB, cresceram em média 1,69% ao ano entre 1960 e 1973 e 3,21% em média

por ano de 1973 a 2007. Na Alemanha, o crescimento foi de 1,77% ao ano de 1960 a 1973 e de 0,97% ao ano em média de 1973 a 2007. Em ambos os países, portanto, o volume do crédito cresceu mais rapidamente do que o PIB, sendo que na Alemanha o aumento foi mais acelerado no período fordista e, nos EUA, no período pós-fordista.

Em comparação com o PIB, nos EUA a capitalização de mercado dos mercados acionários subiu de 58% em 1989 para 144% em 2007; na Alemanha, de 23% para 57% (dados da *Financial Structure Database* do Banco Mundial, posição de 21/11/2008).

Em 2007, o mercado para títulos da dívida pública norte-americana girava um volume total de US\$ 4,4 trilhões, o mercado de hipotecas securitizadas montava a um volume total de US\$ 7,1 trilhões e o mercado acionário norte-americano registrava uma capitalização de mercado de US\$ 21,9 trilhões. É preciso dizer que o crescimento desses mercados parecia relativamente modesto durante o *boom* de 2007 comparado com o crescimento do mercado para os *credit default swaps*, praticamente inexistente nos anos 1990 e que, em 2007, já registrava um volume total de US\$ 45,5 trilhões (Morgenson 2008).

Em 2007, o capital portador de juros e o capital fictício investido sob a forma de créditos, empréstimos e ações somou US\$ 206 trilhões no mundo todo. Em 1990, esses investimentos financeiros globais subiram para 263% do Produto Social global e, em 2007, para 355% (ver McKinsey Global Institute 2013, 2; tabelas 1 e 2). Os investimentos financeiros, portanto, cresceram bem mais rápido do que o Produto Social global.

Tabela 1: Patrimônio financeiro global 1990-2012 (em US\$ trilhões)

	1990	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2º sem. 2012
Créditos não securitizados	23	35	42	46	50	54	54	57	60	62
Créditos securitizados	2	5	9	11	13	14	14	13	13	13
Empréstimos de empresas não financeiras	3	5	7	7	8	8	9	10	11	11
Empréstimos de empresas financeiras	8	19	30	35	39	42	42	41	42	42
Títulos da dívida pública	9	18	29	30	32	35	39	43	46	47
Capitalização do mercado de ações	11	37	47	56	64	36	48	54	47	50
Investimentos financeiros globais totais	56	119	165	185	206	189	206	219	218	225
Produto Social global	21	38	50	54	58	62	61	65	70	72

Fonte: McKinsey Global Institute 2013, 2.

Tabela 2: Patrimônio financeiro global em % do Produto Social global

	1990	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2º sem. 2012
Créditos não securitizados	110	92	84	85	86	87	89	88	86	86
Créditos securitizados	10	13	18	20	22	23	23	20	19	18
Empréstimos de empresas não financeiras	14	13	14	13	14	13	15	15	16	15
Empréstimos de empresas financeiras	38	50	60	65	67	68	69	63	60	58
Títulos da dívida pública	43	47	58	56	55	56	64	66	66	65
Capitalização do mercado de ações	52	97	94	104	110	58	79	83	67	69
Investimentos financeiros globais totais	263	310	331	345	355	307	339	335	312	312

Fonte: McKinsey Global Institute 2013, 2, cálculos próprios.

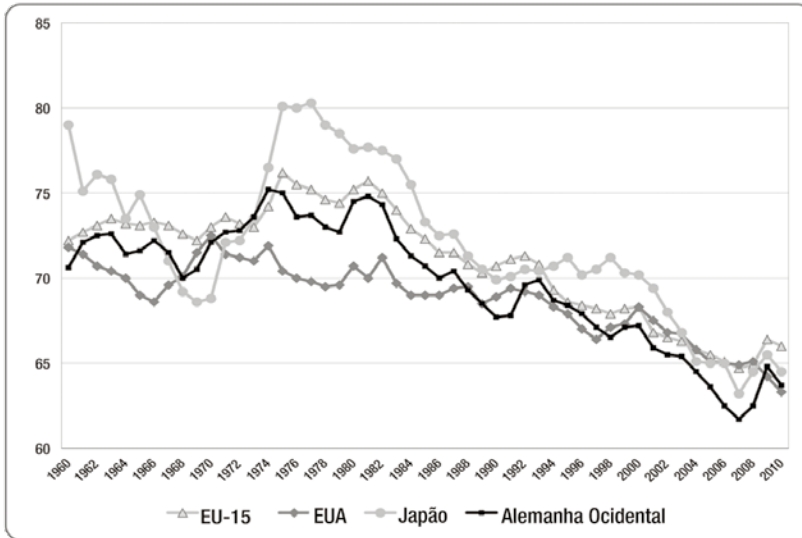
A importância de créditos simples, não securitizados, decresceu em termos relativos, e as emissões de obrigações de empresas não financeiras se mantiveram praticamente constantes em relação ao PIB. O que cresceu mesmo foram a securitização de créditos, as emissões de empréstimos de empresas financeiras, o endividamento público e a capitalização dos mercados acionários. A conexão entre os diversos circuitos parece uma pirâmide invertida, em que a base – os circuitos do capital industrial – é relativamente pequena em relação aos circuitos do capital financeiro que se sobrepõem: o circuito do capital portador de juros, do capital fictício e dos derivativos.

Essa evolução desigual das diferentes formas de capital não é nenhum acaso. Para compreendê-la, é preciso retroceder na História até a crise do fordismo dos anos 1970. Para escapar da crise que atingia a lucratividade na época, o capital seguiu diversas estratégias: o deslocamento da produção para a periferia ou a semiperiferia do capitalismo; o ataque direto à classe trabalhadora nos centros (demissões em massa, enfraquecimento dos sindicatos, queda dos salários, desmonte dos benefícios sociais, precarização) e a abertura de novas possibilidades de investimento do capital através da desregulamentação, da liberalização e da privatização. Em consequência desses processos de reestruturação, a forma de desenvolvimento do capitalismo mudou em vários aspectos.

- a. Nos centros capitalistas, as relações de força entre as classes dominantes e as classes dominadas se deslocaram maciçamente em desfavor das últimas. Isso fica evidente, por exemplo, nas taxas salariais decrescentes nos centros capitalistas, que podem ser vistas como indicador para taxas crescentes da mais valia. Assim, por exemplo, a quota salarial líquida caiu na Alemanha Ocidental de 75,2% em 1974 para 67,8% em 1991. Nas duas partes da Alemanha, a quota salarial líquida caiu de 69,6% em 1992 para 61,7% em 2007. Na média dos UE-15,⁷ caiu de 74,2% em 1974 para 64,7% em 2007 (ver ilustração 2).

⁷ A UE-15 inclui todos os países-membros da UE antes da ampliação para o Leste do ano 2004, ou seja: Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Finlândia, França, Grécia, Grã-Bretanha, Itália, Irlanda, Luxemburgo, Países-Baixos, Áustria, Portugal, Suécia e Espanha.

Ilustração 2: Quota salarial líquida em % do PIB



Fontes: 1960-2000: Comissão Europeia: *Economia europeia, primavera 2002, anexo estatístico, tabela 32, 73 s.*; 2001-2010: Comissão Europeia: *Economia europeia, primavera 2011, anexo estatístico, tabela 32, 92 s.*

Observações: UE-15 incluiu a Alemanha Ocidental no período de 1960 a 1991 e as duas Alemanhas de 1992 a 2010. A taxa salarial é a remuneração por pessoa ocupada em porcentagem do PIB por fator de custos por pessoa ocupada.

Nos centros capitalistas, os salários reais médios estão estagnados desde o início dos anos 1990. Na Alemanha, o salário bruto em termos reais por assalariado empregado caiu até 3,3% entre 1994 e 2008 (estimativas próprias com base em dados do Ministério Alemão para Trabalho e Assuntos Sociais de 2009). Portanto, eventuais acréscimos de produtividade praticamente deixaram de beneficiar os assalariados na forma de poder aquisitivo crescente. Ao mesmo tempo, aumentou a disparidade salarial, ou seja, a desigualdade entre os assalariados (ver OCDE 2007, 268p.; ILO 2009, 24). Muitos empregados com salários baixos, portanto, estão sendo atingidos por perdas de poder aquisitivo. Nos EUA, a renda média real dos 90% mais pobres da sociedade em 2008

ficou até abaixo do nível de 1973, sendo que exclusivamente os 10% mais altos da sociedade foram beneficiados por acréscimos na renda real (Piketty/Saez 2010, tabela A 4).

A palavra de ordem do movimento *Occupy* – “*we are the 99%!*” (“nós somos os 99%!”) – não surgiu por acaso, ainda que o bloco virtual dos 99% abarque classes e subclasses distintas. Nos EUA, a participação do 1% mais rico dos lares no PIB total subiu de 7,7% em 1973 para 18,3% em 2007 (idem, tabela A 1).⁸

Em parte, a estagnação dos salários reais foi compensada por um crescente endividamento dos assalariados. Conforme demonstrado por Stockhammer (2007, 645), o endividamento dos lares privados cresceu significativamente entre 1995 e 2005 comparado com a renda total disponível, não só nos EUA como no Japão e em vários países da UE (ver tabela 3).

Tabela 3: Endividamento doméstico em % da renda disponível

	1995	2000	2005
EUA	93	107	135
UE*	91	113	139**
Japão	113	136	132**

Fonte: Stockhammer 2007, 645.

Observações:

* Os dados da UE são médias não ponderadas para Alemanha, Dinamarca, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Itália, Países-Baixos, Suécia e Espanha.

** Dívidas da Dinamarca, Espanha e Japão de 2004, em lugar de 2005.

Os assalariados se endividaram para tentar cobrir seus gastos com a casa própria, o automóvel, temporadas em hospital ou os estudos dos filhos. O endividamento dos assalariados – em parte, subvencionado pelo Estado – substituiu a

⁸ Sem considerar ganhos contábeis derivados do aumento da cotação de ações. Se estes forem incluídos, a parcela do 1% mais rico dos lares no PIB se eleva de 9,2% em 1973 para 23,5% em 2007 (Piketty/Saez 2010). As contas de Piketty e Saez se baseiam em uma análise das estatísticas do Imposto de Renda. Devido à grande mobilidade do capital e da evasão de impostos principalmente entre os ricos, a disparidade real de renda ainda é maior do que aparece nesses números.

construção de habitações populares ou de imóveis para aluguel. As normas vigentes de consumo, com foco na casa própria ou no automóvel próprio, foram assim reproduzidas, ampliando o consumo de massa (as necessidades de consumo ficaram diferentes: uso de bicicletas dependendo da função; em vez do carro para a família, um para cada membro da família; vários televisores e computadores). Nos EUA, epicentro da crise mais recente, a maior parte do endividamento dos lares privados diz respeito às hipotecas sobre a casa própria. Em 1983, 36,9% dos lares estavam hipotecados. Em 2007, já eram 48,7%. Em 1998, 71,4% de toda a dívida dos lares privados estavam garantidos por casas próprias. Em 2007, eram 74,7% (Kennickell/Shack-Marquez 1992, 12; Bucks e outros. 2009, A 37, A 40). A regulamentação específica do setor de hipotecas e crédito nos EUA fez com que até quem não estava apto recebesse hipotecas, como ficou evidente na crise do *subprime* (ver Marcuse 2008; Evans 2008). Em 2001, proprietários de imóveis endividados tiveram de alocar em média 13,9% de sua renda para servir a dívida; e em 2007, este percentual já havia subido para 15,6%. A participação dos proprietários de imóveis endividados que tiveram de usar 40% ou mais de sua renda para servir a dívida subiu de 14,7% em 2001 para 18% em 2007 (Bucks e outros 2009, A 50).

Dos Santos (2009) e Lapavitsas (2009) demonstraram que as estratégias para obter lucros dos grandes bancos nos anos que antecederam a eclosão da crise foram crescentemente dirigidas para a concessão de créditos para lares privados. No mercado norte-americano de hipotecas, até o Deutsche Bank – sob direção de Anshu Jain – teve um papel bastante agressivo (ver Hesse 2012). De fato, o endividamento dos assalariados é um mecanismo de exploração secundário. O endividamento crescente gera uma queda crescente da renda. Além disso, o endividamento privado reforça a

dominação política, uma vez que as pessoas dependentes de salários são obrigadas a pagar a dívida (ver Albo e outros 2010, 55).

As pessoas que dependem de salários não estão sendo sucessivamente envolvidas no sistema financeiro apenas como devedores, mas também como poupadores. O influxo de poupança dos assalariados no sistema financeiro é alimentado por diferentes fontes. De um lado, durante a era fordista, a formação de salário permitiu que, pela primeira vez, consideráveis parcelas dos assalariados formassem poupanças mais volumosas. Desde os anos 1980, esse dinheiro não é só investido em cadernetas de poupança, mas também cada vez mais em outras formas de poupança – novas e com mais juros –, como fundos de capital e fundos de investimento. Assim, segundo dados do Banco Central Alemão, a participação dos depósitos bancários no patrimônio financeiro total dos lares privados na Alemanha caiu de 59,7% em 1980 para 35% em 2005.

Um segundo impulso para a formação de poupança consiste na maior disparidade salarial (ver acima). Enquanto os salários reais para as camadas mais pobres dos assalariados caíram, as parcelas mais bem aquinhoadas da classe trabalhadora e da nova pequena burguesia registraram rendimentos crescentes em termos reais. Quanto maior a disparidade da remuneração – ou seja, a desigualdade entre os assalariados –, tanto maior se torna a formação de poupança entre os assalariados mais ricos.

A terceira força propulsora para a formação de poupança por parte dos assalariados consiste na crescente insegurança social, associada à precariedade nos níveis de ocupação e à ameaça de desemprego, bem como a privatização dos sistemas de seguridade social, impulsionada pela política neoliberal. Para se assegurar contra os riscos ligados ao trabalho assalariado, cada vez mais assalariados se veem obrigados

a aderir à previdência privada. Isso beneficia especialmente os investidores institucionais, que administram as poupanças dos assalariados. O patrimônio total investido em fundos de pensão elevou-se no mundo inteiro de estimados US\$ 4,8 trilhões em 1992 para US\$ 28,2 trilhões em 2007. Durante o mesmo período, o patrimônio mundial investido em seguros aumentou de US\$ 6,3 trilhões para US\$ 19,8 trilhões (Huffschmid 2009, 39). Segundo estimativas mais recentes, o patrimônio administrado pelos fundos de pensão caiu de US\$ 29,39 trilhões em 2007 para US\$ 24,64 trilhões em 2008 por causa da crise, para voltar a aumentar para US\$ 31,35 trilhões em 2011.⁹

Esse tipo de previdência coberta por capital é um mecanismo especialmente perverso, que joga uns contra os outros os assalariados das diversas regiões, garantindo a previdência dos mais afortunados entre eles à custa dos outros. Enquanto no sistema de contribuições compulsórias a seguridade social é determinada por fatores como número de pessoas ocupadas, o nível da renda e a parte da renda total que entra no cálculo, a previdência coberta pelo capital é um mecanismo completamente diferente. Pois os investidores profissionais tentam obter altos lucros para a companhia seguradora com as contribuições dos seguros. Fazem isso investindo seu dinheiro em ações, títulos públicos ou em outras aplicações. Isso significa que, de fato, os assalariados que contam com esse tipo de seguro se beneficiam das estratégias de *shareholder value* de investidores e empresas – portanto, da racionalização, das privatizações, da exploração de assalariados em outras regiões do mundo. Assim, nasce uma nova forma de compromisso de classes imperial. Além disso, destrói-se a relação entre gerações, pois as pessoas idosas e sua previdência dependem dos acasos dos mercados financeiros, correndo o

⁹ Ver www.thecityuk.com/assets/Uploads/Pension-markets-2013-datafile.xls.

risco de perder em grande parte a poupança para garantir a vida na terceira idade.

Portanto, podemos falar de uma crescente subsunção econômica e política da reprodução dos assalariados ao capital financeiro, baseada, de um lado, no crescente endividamento dos assalariados e, de outro, na crescente transferência de componentes do salário para os mercados financeiros e sua transformação em capital portador de juros e capital fictício através de investidores profissionais.

- b. As relações entre o capital industrial e o capital financeiro não se transformaram apenas em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos (ver Demirović 2009). A desregulamentação e liberalização do setor bancário e dos mercados financeiros não apenas estimularam novas possibilidades para transações especulativas ou criaram numerosas novas possibilidades de aplicação para o capital (fictício), mas também modificaram as próprias relações de propriedade. Investidores de capital institucionais, como fundos de investimento, fundos de pensão e seguros, têm hoje um papel muito maior como intermediários entre poupadores e detentores de patrimônio financeiro, de um lado, e empreendimentos industriais, de outro. Embora investidores de capital institucional isolados frequentemente só possuam participações minoritárias nos empreendimentos, estão aptos a exercer uma pressão considerável – por exemplo, ameaçando retirar o capital – e fazer valer seus interesses no *shareholder-value*, ou seja, no rendimento acionário que se compõe de dividendos e aumentos da cotação (ver Windolf 2008).

Segundo o conceito do *shareholder-value*, é preciso primeiro produzir os “custos do capital” (ou seja, a remuneração média do capital recebido adiantado), antes de falar na criação de “valor” para os acionistas. Não basta, portanto, que uma empresa esteja faturando ou produzindo um lucro

mediano. O *shareholder-value* somente surge quando um investimento rende lucros acima da média. Naturalmente, nem todos os empreendimentos podem produzir lucros acima da média. Mas na medida em que as empresas buscam esse objetivo, eleva-se o parâmetro da rentabilidade esperada (Sablowski 2005, 61 ff.).

Projetos como o da *new economy*, que reage a transformações reais das forças produtivas e as superestima, produzem temporariamente elevadas expectativas de lucro, resultando em que grandes quantias de capital sejam direcionadas a novos ramos e novas tecnologias, como a internet, a telefonia celular ou a tecnologia genética. De maneira geral, no entanto, o mercado acionário serve menos ao financiamento das empresas do que ao controle empresarial. Desde os anos 1980, bancos de investimento e empresas de *private-equity* seguem a estratégia de valorizar empresas industriais globalmente através das estratégias de *shareholder-value*.

Empresas ou partes de empresas se tornam, elas próprias, mercadorias com que se negocia. A reprodução das empresas é colocada à disposição pelos seus donos. Cada processo de trabalho, cada ramo do negócio, cada departamento, cada imóvel, cada máquina se torna objeto de um cálculo preciso de custos e lucros, cálculo este que se modifica segundo as condições de mercado, decidindo sobre a venda ou não. As expectativas de lucro se orientam pela possível remuneração do capital investido nos mercados financeiros.

Por isso, as companhias por ação se veem obrigadas a elevar a cotação de suas ações, para poder ter um papel ativo no processo de concentração e da centralização do capital, escapando a ataques hostis. Como em muitos ramos só se pode obter taxas de lucro relativamente reduzidas e a lucratividade média é hoje inferior à dos anos 1950 ou 1960, muitas empresas tentam elevar a cotação de suas ações através de métodos de engenharia financeira. A este objetivo – o de elevar a

cotação da própria ação – servem, por exemplo, as operações de recompra de ação, que vêm se tornando bem mais frequentes desde os anos 1990. Com os crescentes pagamentos de capital aos proprietários das ações em forma de dividendos ou as recompras de ação, formaram-se menos reservas e houve uma queda da parte dos lucros que é reinvestida. Devido à falta de possibilidades atraentes de emprego de capital, as taxas de investimento têm caído nos centros capitalistas desde os anos 1970 nos EUA assim como na Alemanha, no Japão, na França, na Grã-Bretanha ou na Itália; e essa tendência é ainda reforçada por meio de atividades especulativas (tabela 4).

Tabela 4: Investimentos em % dos excedentes empresariais

	Anos 1970	Anos 1980	Anos 1990	Anos 2000
EUA	46	44	39	39
Japão	58	59	61	56
Alemanha	52	48	42	35
França	46	46	42	43
Grã-Bretanha	55	48	44	42
Itália	41	36	31	33

Fonte: Stockhammer 2007, 646.

As próprias empresas do ramo industrial e comercial operam de maneira especulativa nos mercados financeiros através de seus departamentos financeiros ou de bancos próprios, amealhando, dessa maneira, uma parte crescente de seus lucros. Assim como os bancos e os investidores institucionais, não têm interesse em ver sua liberdade de ação limitada por uma regulamentação mais severa dos mercados financeiros. Em última análise, em muitas dessas transações especulativas trata-se de uma redistribuição dos lucros dentro da classe dos detentores de capital. E essa redistribuição ganha relevância quando o crescimento dos lucros de maneira geral retrocede. Empresas inteiras são aniquiladas – e, com elas, os

direitos a apropriação a partir da massa geral da mais-valia, e assim outros ganham parcelas maiores. Desde os anos 1980, esse processo vem sendo cada vez mais organizado pelos bancos de investimento e pelos fundos privados de investimento. A “financeirização” das empresas beneficia a concentração no chamado *core business* e nas competências principais, gera a desintegração vertical de conglomerados e à fragmentação de cadeias de produção de valor. O capital fixo passa a ser cada vez mais considerado uma carga a ser jogada nas costas dos fornecedores terceirizados. A integração vertical da produção se reduz e alguns ramos, como por exemplo a indústria da tecnologia da informação e das telecomunicações, são dominados por empreendimentos “sem fábrica”, que controlam cadeias inteiras de agregação de valor através de áreas estratégicas como design de produto e marketing. A produção das mercadorias é delegada a empresas contratadas que geralmente operam em regiões de baixos salários (Sablowski 2003, 2005).

- c. A internacionalização do capital progrediu consideravelmente. Assim, o número de empregados de empresas alemãs no exterior saltou de 2,2 milhões em 1989 para 5,9 milhões em 2008 (cálculos próprios com base em dados do Banco Central alemão, ver tabela 5).

Tabela 5: Empregados em empresas alemãs no exterior (em 1000)

	1989	2008
Europa Ocidental	955	1.953
Europa Oriental	10	1.085
EUA	448	768
China	4	397
Países industrializados	1.514	3.868
Países em desenvolvimento e emergentes	655	1.985
No mundo todo	2.172	5.852

Fonte: Banco Central alemão (Deutsche Bundesbank, www.bundesbank.de), cálculos próprios.

O deslocamento do capital produtivo – ocorrido em várias ondas – para a periferia capitalista ou para a semiperiferia (por exemplo, para a região dos Tigres Asiáticos, como Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura, depois para outros países do sudeste asiático, para a América Latina, a Europa Oriental, China e Índia) induziu enormes fluxos de capital e criou novos desequilíbrios e contradições.



4. Indícios da crise do regime de acumulação com dominância financeira

O regime de acumulação com dominância financeira revela tendências de crise específicas e amplas, que se distinguem daquelas do fordismo:

- a. A tendência de superprodução inerente ao modo de produção capitalista aparece com mais nitidez. Nos centros capitalistas, a demanda por bens de consumo duráveis, como automóveis, lavadoras e televisores, está praticamente coberta. Essas tendências de saturação são aguçadas por um decréscimo das taxas salariais, porque o peso do salário enquanto fator de demanda cai em termos relativos. A demanda estatal também é limitada por políticas neoliberais. Ao mesmo tempo, como as sociedades por capital se guiam pelo valor da ação, cai a parcela de investimentos nos lucros realizados. Com isso, também se restringe a demanda originada pelos investimentos.
- b. A crise do *subprime* nos EUA mostrou nitidamente que o endividamento dos assalariados não pode ser indefinidamente prolongado. Os juros e as prestações para imóveis, créditos para consumo ou estudos, em última análise, precisam ser financiados a partir de receitas correntes, e estas estagnaram ou, respectivamente, até caíram em termos nominais e reais para uma parcela dos assalariados. Os devedores se veem em situação de vida precária. Os bancos se veem obrigados a perdoar parcelas consideráveis das dívidas. A bolha imobiliária gerou um crescimento frágil principalmente no ramo da construção civil, bem como uma demanda mal dirigida, um enorme desperdício de áreas produtivas e recursos (água), provocando uma alocação equivocada de grande parte da força de trabalho.

- c. Nos anos 1990, havia nos EUA e em outros países uma expectativa de que os assalariados lucrariam com compras de ações e que poderiam hipotecar seus imóveis com créditos porque seu valor continuaria subindo em razão de um *boom* do setor de construção, fomentado, inclusive, pelo setor público. Ambas as tendências deveriam fortalecer a demanda efetiva. Supunha-se que os consumidores poderiam pagar suas dívidas com os lucros das ações ou da venda de imóveis. Mais uma vez alimentava-se a ilusão do crescimento autossustentado.

Mas já a crise da *new economy*, em que muitos assalariados perderam consideráveis quantias em poupança e previdência privada, e mais ainda a crise do *subprime* nos EUA mostraram que esses efeitos patrimoniais são limitados. A poupança de muitos assalariados foi aniquilada, o patrimônio imobiliário se perdeu, a insolvência de lares domésticos aumentou. As fronteiras de formas privadas e baseadas em capital da seguridade social, como, por exemplo, a previdência privada, ficaram evidentes. Indenizações deixaram de ser pagas e os prêmios de seguros aumentaram.

- d. Capital acumulado em excesso sempre busca novas possibilidades de acumulação. Como não foi possível investir com lucro grande parte do capital em dinheiro no circuito do capital industrial, ele foi mantido líquido, ou seja: foi aplicado nos circuitos do capital financeiro. Através da privatização da previdência e da redução dos impostos sobre grandes fortunas, rendimentos de capital e o patrimônio, a massa do capital em dinheiro em busca de possibilidades de aplicação aumentou. Assim, surgiram as bolhas especulativas da “nova economia” ou o *boom* imobiliário na Espanha e nos EUA. Também os padrões de investimento de bancos na Islândia, Irlanda, na Grã-Bretanha ou na Alemanha podem ser explicados assim. Eles investiram nos produtos financeiros

aparentemente seguros e com altos juros de bancos americanos ou de bancos europeus que operavam no mercado americano, como Deutsche Bank ou UBS, e se tornaram vítimas em busca de possibilidades de lucro novas e cada vez mais elevadas. Isso funcionou durante algum tempo, porque sempre se injetou mais dinheiro para servir os juros elevados, mas em algum momento tornou-se evidente que os devedores não conseguiriam mais pagar os juros. É verdade que, por causa da crise, desde 2007 uma parte das aplicações financeiras globais se desvalorizou. Do final de 2007 ao final de 2008, a soma dessas aplicações financeiras caiu de US\$ 206 trilhões para US\$ 189 trilhões. Mas até o fim do segundo trimestre de 2012, o volume voltou a subir para US\$ 225 trilhões, acima do nível anterior à crise (McKinsey Global Institute 2013, 2).

A questão central para a qual aponta a atual crise, na perspectiva do capital, continua sendo como evitar – respectivamente, organizar e amenizar – uma nova destruição de capital para não ter que pôr em xeque o modo de produção capitalista como um todo. Além disso, a questão sobre que capital será aniquilado e quem vai perder menos nesse gigantesco conflito torna-se objeto de uma acirrada luta econômica e política. No momento, a questão da destruição do capital se concentra principalmente na região do euro, mas no fundo se trata de um problema global, que exigirá decisões não apenas no campo econômico, mas também no campo político e possivelmente até no campo militar.

- e. Em condições de acirrada concorrência internacional, o Estado capitalista evolui para um “Estado competitivo” (ver Altvater 1994; Hirsch 1995). Reduções fiscais, subvenções para o capital, privatizações de serviços públicos e de empresas estatais, o aumento dos impostos indiretos e diretos para os assalariados bem como o desmonte de serviços sociais se tornam características estruturais da política pública.

No contexto de desemprego em massa e crises mais frequentes e profundas, pagamentos de impostos mais elevados dos assalariados e o desmonte dos serviços sociais geralmente não bastam para compensar a queda na receita fiscal pública causada por crises e cortes de impostos, gerando déficits orçamentários públicos estruturais e aumentando rapidamente o endividamento público.

Títulos da dívida pública, de um lado, oferecem uma importante e inevitável opção de aplicação de capital. Assim, por exemplo, os fundos de pensão frequentemente se veem obrigados a aplicar a maior parte de seu capital em papéis com juros fixos (com elevados *ratings*). Por outro lado, o excesso de endividamento público, ele próprio, torna-se fator de crise, como já mostraram a crise da dívida do início dos anos 1980 na América Latina, a crise na Argentina de 1998 até o perdão da dívida em 2004/2005 ou a atual crise da dívida na Europa.

Em caso de insolvência estatal, há a ameaça de desvalorização de gigantescas somas de capital (fictício). Na nossa opinião, trata-se de um problema que torna a atual política da superação da crise bastante ambígua. Pois para os detentores de patrimônio, os empréstimos estatais a juros fixos significam uma forma de aplicação de capital relativamente segura e confortável. De fato, no entanto, uma dívida pública nunca será devolvida. Normalmente, substituem-se os créditos vencidos por créditos novos. Mais ainda: no fundo, os detentores de patrimônio também dependem de que o estado amplie o seu endividamento, especialmente quando o endividamento privado entra em crise, como foi o caso a partir de 2007. Quando a crise reduz a concessão de créditos a atores privados e retira capital dos mercados acionários, necessita-se urgentemente de opções de aplicação mais líquidas e seguras. Por isso, sobe a demanda por títulos da dívida pública. Os vários segmentos dos mercados financeiros, portanto,

funcionam como um sistema de vasos comunicantes. Mas isso pressupõe a manutenção da confiança dos fornecedores de crédito em papéis da dívida pública – ou seja, na ficção da possibilidade de pagar a dívida. Ou seja: quem aplica capital tem interesse em ampliar e restringir ao mesmo tempo o endividamento público. Principalmente, tem interesse em manter estável o valor do dinheiro, o que deve ser assegurado pela política de austeridade.

O problema na atual crise está no endividamento excessivo tanto de diversos bancos quanto de uma série de governos. Bancos hiperendividados foram salvos com dinheiro de governos. No entanto, os governos, na realidade, nem possuem esse dinheiro – precisam tomá-lo emprestado junto a bancos. Como em vários países o pagamento da dívida pública está duvidoso, os bancos novamente entram em crise. Os constantes deslocamentos entre endividamento público e privado não pode mais esconder que o endividamento geral atingiu um grau tal que a reprodução do sistema como um todo está em perigo e que parece inevitável uma destruição massiva de capital.

- f. A transferência geográfica de capital – o chamado *spatial fix* (Harvey 2004) – cria soluções apenas temporárias para a hiperacumulação de capital. A destruição de capital fixo nos centros industriais mais antigos geralmente ocorre mais devagar do que a criação de novas capacidades de produção na (semi)periferia. Portanto, continuam existindo excessos de capacidades, até mesmo com subsídios estatais. Além disso, as mercadorias produzidas nos novos locais de produção na (semi)periferia precisam muitas vezes ser exportadas, pois o outro lado da medalha dos baixos salários são mercados internos ainda pouco desenvolvidos. O problema do excesso de capacidades em muitos setores de produção, portanto, é aguçado pela internacionalização do capital e por cada

abertura de novos espaços de acumulação em que se adotam estratégias de desenvolvimento calcadas na exportação.

Na China de hoje, conglomerados americanos, japoneses, europeus, coreanos e de Taiwan concorrem entre si, o que já fez surgir gigantescas novas capacidades de produção, as quais, considerando o desenvolvimento do mercado doméstico chinês, só podem ser utilizadas em parte. Portanto, os produtores chineses – que incluem, numa proporção nada desprezível, conglomerados estrangeiros – continuam dependendo dos mercados internos dos EUA e da Europa. Mas o peso dos EUA e da Europa na economia mundial está encolhendo. Os EUA e a Europa produzem menos em termos relativos e geram menos renda. A China se vê obrigada a conceder créditos internacionalmente para que as mercadorias produzidas na China possam ser exportadas. A prosperidade nos EUA dos anos 1990 foi financiada via endividamento. A “China socialista” se tornou a tábua de salvação do capitalismo global nos últimos 20 anos. Resta saber se algum dia seus créditos serão pagos, ou se a China acabará tendo prestado um tributo incomensurável aos centros capitalistas. Embora a China receba juros pelos seus créditos, as dívidas cotadas em dólares americanos ou euros já vêm sendo parcialmente desvalorizadas pela lenta valorização da moeda chinesa, o renminbi. A crise hipotecária mostra que os EUA também não podem se endividar ilimitadamente, embora o dólar americano continue funcionando como moeda mundial e os EUA possam se endividar em sua própria moeda – o que significa que, no caso de uma desvalorização da própria moeda, não caem imediatamente em uma crise de insolvência como outros países (enquanto os investidores ainda se mantiverem fiéis ao dólar como moeda de reserva – o que não é tão óbvio assim). Um aspecto importante na crise é o debate sobre se o dólar pode continuar sendo moeda universal ou se perderá chão para o euro. Se os EUA conseguirem repassar

a crise do excesso de acumulação para outros centros capitalistas, poderão continuar afirmando seu direito à liderança econômica e política.¹⁰ É preciso dizer, por outro lado, que grandes volumes de capital americano estão investidos na Europa, ameaçados de desvalorização pela crise na UE. A burguesia americana não apenas aceitou a integração europeia, como também originalmente contribuiu com sua criação e tirou enormes proveitos dela. Em nenhum lugar o capital está entrelaçado de maneira tão ampla e volumosa como no espaço transatlântico. Por isso, na crise também se lançou o plano de uma zona de livre comércio entre os EUA e a UE, a qual, de acordo com documentos já divulgados, abrangeria todas as mercadorias e todos os serviços, exceto produtos agrícolas.

O governo americano não tem o menor interesse em ver o euro substituindo o dólar como moeda universal, mas tampouco está interessado em ver a zona do euro ou a União Europeia sendo destruída. Por isso, o governo americano tem estimulado os governos europeus para mais gastos públicos e para a “alavancagem” do mecanismo EFSF (Facilidade Europeia de Estabilização Financeira). Até atores privados têm manifestado preocupação acerca das possíveis consequências de uma política de austeridade na Europa. Assim, em janeiro de 2012, a agência Standard & Poor’s justificou a redução do *ranking* de alguns países europeus afirmando que a política do saneamento orçamentário poderia gerar um enfraquecimento da demanda e do mercado de trabalho. Isso é mais do que paradoxal, pois a desvalorização do crédito eleva a carga de juros para os governos, levando a um acirramento da política de austeridade. Por essa mesma razão, elevaram-se os juros sobre títulos da dívida pública espanhola em abril de 2012, pois os investidores não acreditaram que a economia espanhola pudesse se recuperar de um drástico programa de

¹⁰ Sobre o papel dos EUA no capitalismo global, ver *Panitch/Gindin* 2012.

poupança em 2012 e 2013. Os cortes públicos no nível do governo central e nas regiões, o elevado desemprego e o alto endividamento privado pesam sobre a economia.

- g. Temporariamente, os mercados financeiros são capazes de absorver o excesso de capital acumulado. Mas os circuitos do capital financeiro só podem se tornar autônomos até certo ponto em relação ao circuito do capital industrial. Precisamente nas crises como a que vivemos no presente, a sua unidade interna se impõe com violência (Marx). Depois que o governo americano renunciou em 1971 ao padrão-ouro – ou seja, ao compromisso de trocar dólares a qualquer momento por ouro –, o sistema monetário internacional se baseia fundamentalmente em dinheiro em espécie não coberto e em dinheiro de crédito (também de atores privados). O dinheiro de crédito oferece muito mais espaço de ação para a acumulação de capital, que não está mais limitada apenas pela mais-valia já realizada do período precedente. É importante frisar que, com a ampliação do crédito, também se reproduzem as contradições da acumulação de forma ampliada. Somente se concede crédito se existir a confiança de que, futuramente, ocorrerão processos de valorização que assegurem a volta do crédito além de juros. A criação ilimitada de dinheiro de crédito não é possível, portanto, porque a volta do dinheiro de crédito está vinculada à valorização do capital industrial.

As últimas fases de *boom* – o *boom* da nova economia do final dos anos 1990 e o *boom* imobiliário dos anos 2000 – basearam-se em grande medida na criação especulativa de crédito. Era preciso acelerar a concessão de crédito a fim de fomentar o crescimento econômico. E foi possível conceder créditos já que, com o excesso de acumulação no setor industrial, as elevadas poupanças ou os dinheiros privatizados de seguros havia sempre capital em dinheiro em busca de opções de aplicação, podendo ser transformado em capital

portador de juros. Como o capital em dinheiro excedente tendencialmente cresceu mais rápido do que as opções de aplicação, a cotação das ações subiu. A queda das taxas de inflação desde a primeira metade dos anos 1980 e a consequente queda dos juros nominais ainda estimularam a elevação das cotações. Para muitos investidores, o que estava em primeiro plano não eram os juros ou os dividendos, mas sim a especulação sobre cotações em ascensão.

A tendência de deflação na produção de bens correspondeu a uma inflação do capital fictício. Enquanto as possibilidades de explorar a força de trabalho viva eram restritas, as demandas de propriedade em relação a processos futuros de valorização em forma de capital fictício cresceram em forma de espiral. Em 2011, o volume total de títulos com direito a juros era de US\$ 218 trilhões, comparado com um Produto Social Mundial da ordem de US\$ 70 trilhões (ver tabela 1). Nas condições do capitalismo, só é possível honrar tais direitos a rendimentos mediante uma competição voraz e a destruição de capital. A atual crise faz aparecer essas contradições e, ao mesmo tempo, revela os limites do *temporal fix*, ou seja, da tentativa de remover os atuais obstáculos de mais acumulação pela especulação em torno de futuras possibilidades de acumulação.



5. Ciclo de crises e crises múltiplas

As grandes crises do capitalismo costumam ser definidas, antes de mais nada, como crises econômicas; a periodização orienta-se pela evolução da acumulação do capital: a crise de 1857 a 1859, a Grande Depressão de 1873 até 1896, a Grande Depressão de 1929 até o final dos anos 1930. Isso tem seus motivos, pois a reprodução da sociedade, sua “normalidade”, estagna claramente quando, em uma grande crise, é ameaçada pelo seu lado material. Mas todas essas crises econômicas não apenas vieram acompanhadas por crises em outras áreas sociais, como também são atravessadas por elas. Por isso, podem ser definidas como crises múltiplas. Em suas análises dos anos 1930, Max Horkheimer defende que a crise econômica, em seu contexto social geral, gerou profundas modificações na sociedade, na família e na estrutura psicológica da personalidade dos indivíduos. De acordo com Horkheimer, há um enfraquecimento das instâncias psíquicas dos indivíduos, especialmente do superego, mediado pela economia e pela família. Assim, a crise é também uma crise de orientação de sentido dos indivíduos, das ciências, das normas de liberdade e igualdade, razão e verdade que perdem sua obrigatoriedade (ver Horkheimer 1988a). O indivíduo que não consegue conduzir seu próprio rumo precisa de uma orientação externa para seu controle e segurança. Nos governos fascistas, essa orientação externa é representada por líderes e, nas democracias, é organizada pela indústria cultural. Através dela, o tempo livre é valorado como lazer e as perspectivas bloqueadas de ação libertadora são canalizadas para o consumo.

Não cabe aqui discutir, do ponto de vista atual, se as reflexões individuais dos representantes da Teoria Crítica se mantêm. Mas – de modo similar a Gramsci – reconheceram importantes traços do fordismo. Do nosso ponto de vista, é crucial o fato de a crise deflagrada claramente em 1929 também ter sido uma crise múltipla, interligando diversas dinâmicas. A crise atingiu seu ponto culminante no período das ditaduras fascistas, durante a Segunda Guerra Mundial. O conceito de totalitarismo costuma sugerir a falsa imagem de uma

sociedade fechada e estritamente controlada de cima para baixo. No entanto, nas sociedades daquela época, o contexto era de crise, com a expulsão de milhões de pessoas, dezenas de milhões de pessoas levadas para campos de extermínio e assassinadas no decorrer da guerra. Os Estados autoritários ganharam estabilidade econômica através de programas de armamento, pilhagens dos países vizinhos e trabalhos forçados.

Nos anos 1950 e 1960, surge a normalização fordista. Com ela, o consumo privado e a política de armamento prosseguem de modo perseverante. De acordo com isso, somos da opinião de que a crise dos anos 1930 foi “solucionada” através da reprodução em um nível mais alto das relações capitalistas e suas contradições. Durante três décadas, a estratégia de superação da crise foi bem-sucedida: crises foram abafadas, grandes conflitos sociais puderam ser evitados através de acordos entre classes. Mas a superação de dinâmicas de crises endêmicas teve consequências, pois o consumo de massa gerou um deslocamento dos “custos” para a natureza e que, por sua vez, geraram perturbações eficazes na relação social com ela. Com relação à natureza externa: consequências do tráfego individual, como o elevado número de feridos e mortos, emissão de dióxido de carbono e efeito estufa, poluição do ar e doenças orgânicas, poluição sonora, destruição de construções, degradação florestal, impermeabilização do solo e inundações, sobre-exploração de águas subterrâneas, substâncias químicas na cadeia alimentar, grandes quantidades de lixo, etc. Com relação à natureza interior: privatização consumista, alimentação errada e supernutrição, estagnação que gera perda de sentido e formas de vida rígidas, normalização e disciplinamento através de técnicas sociais, condições de trabalho monótonas com redução das competências intelectuais e formação de ressentimentos. De maneira geral, a regulação fordista se revelou insustentável.

Nos anos 1970, essa fase do capitalismo caiu em uma profunda crise de valorização do capital diante da queda dos aumentos da produtividade, do aumento dos salários e das transferências sociais, do crescente excesso de capacidade, da saturação atingida de

diversos modos no nível de consumo e das exigências de um trabalho plausível e por tempo limitado. Houve um crescimento do desemprego, uma mudança nos padrões de gênero no arranjo familiar, um claro aumento do número de estudantes; esboçou-se o *peak oil*, o pico da produção petrolífera mundial. A Conferência sobre Meio Ambiente no Rio de Janeiro, em 1992, contribuiu para a conscientização generalizada de que o desenvolvimento sustentável não afeta apenas os países do Sul, mas também os países do Norte, que precisam mudar seu modo de vida, abrir mão de mais crescimento e reduzir claramente o consumo de recursos naturais e de energia. No entanto, não houve mudanças ambientais relevantes nos anos 1990.

A estratégia neoliberal adotada progressivamente nos anos 1980 pelos Estados-membros da OCDE “resolveu” os problemas de excesso de acumulação e falta de possibilidades de investimento através da globalização, da valorização das empresas e, após o fim da Guerra Fria, através do acesso à mão de obra no mercado global. Essa mão de obra é colocada em concorrência e desde então submetida à exploração intensificada da sua capacidade de trabalho, através de guerras pelo petróleo, novas formas de apropriação dos recursos nos países do Sul, conhecida como “novas guerras”; através de roubo de material genético, do *land grabbing* (apropriação de terra) ou da privatização de bens comuns como a água. O neoliberalismo capta o mal-estar da sociedade civil de que o Estado está sobrecarregado e tem que satisfazer muitas exigências, sobretudo no que diz respeito às classes mais baixas. Para o neoliberalismo, o Estado só pode recuperar a sua força se abrir mão das concessões do Estado social à classe trabalhadora, impossibilitando ou enfraquecendo claramente sua representação de interesses organizada quando as funções do Estado são privatizadas ou desreguladas.

Assim, em uma série de áreas sociais acumularam-se dinâmicas de crise, resultando no debate público acerca de inúmeras questões como energia, recursos naturais, água, relação entre cidade e campo, mercado de trabalho, educação e formação, ciência e pesquisa, relações de gênero, política, representação e gerenciamento

político da crise. Isso permite caracterizar a conjuntura como uma crise múltipla (ver Demirović, entre outras publicações, 2011). Essas tendências de crise, que indicam a complexidade do todo articulado da formação social capitalista em sua periodicidade específica, juntaram-se em parte, formando uma unidade, e aceleraram-se na crise econômica e financeira. Já não se fala mais, como há alguns anos, de uma sociedade do conhecimento. As áreas de educação, ciência e pesquisa sofreram dramáticos cortes financeiros. Para citar apenas um exemplo: a verba de cerca de US\$ 1 bilhão prometida pelos países industrializados do Norte para proteger a floresta tropical de Sumatra não foi concedida, pois foi utilizada para a segurança dos bancos, tanto que o governador da ilha vendeu a floresta aos produtores de papel e à indústria de azeite de dendê.

O acidente de Fukushima gerou uma mudança na política de abastecimento de energia na Alemanha e voltou a inspirar a fantasia de que alguns aspectos da crise da relação social com a natureza poderiam ser superados com ajuda de instrumentos do mercado: via financeirização da natureza, grandes quantidades de capital monetário em circulação sendo investidas em energia eólica ou solar, ou em eletromobilidade e, assim, possibilitando uma situação de vantagem mútua. Ocorre que essas reflexões não veem as consequências: trata-se de processos de mercado normalmente pouco sustentáveis, por obedecerem à dinâmica do imperativo da exploração. Se algum investimento de capital não rende, é depreciado, partindo-se em busca de novos projetos. Os chamados “investimentos verdes” contribuem para catástrofes na relação social com a natureza: destruição da paisagem, protestos das populações locais afetadas, utilização de recursos, lixo, concorrência na utilização de terras agrícolas. O quadro ainda é agravado pelas estratégias da geoenharia, que prometem soluções técnicas simples e caras (ver cenários possíveis IfG 2011).

Uma característica do gerenciamento da crise é uma política que contribui para manter divorciados esses momentos concentrados em uma unidade da ruptura e da crise orgânica, para depois separá-los

novamente, temporalizá-los e espacializá-los. Isso fortaleceu as forças civis em vários aspectos. No decorrer da crise até agora, elas não estiveram enfraquecidas ou desmoralizadas, mas antes na situação embaraçosa de buscar meios de evitar o agravamento da crise e livrar-se de suas consequências. A crise não foi superada, os problemas continuam; adota-se uma estratégia de deslocar a crise para o futuro, para as classes sociais mais baixas e para as sociedades periféricas. Tal estratégia só terá êxito se os circuitos do capital, a relação com a natureza e as relações sociais internas forem até certo ponto normalizados. Para isso, desenvolvem-se novas tecnologias de liderança e segurança (ver Lentzos/Rose 2008). Não se exclui a hipótese de que isso possa funcionar e de que a grande crise acabe tendo sido mais uma crise inerente para um novo grau da reprodução ampliada da formação social capitalista. Ela conserva e aprofunda as contradições anteriores em cada um dos seus níveis. Embora exista conhecimento relevante, a situação é apresentada como se a acumulação de riqueza para poucos não gerasse uma vasta destruição de sociedades e de sua relação com a natureza.

Do ponto de vista da teoria da regulação econômica, a crise atual levanta também um problema de periodização, além da crítica à sua extensão. Os debates geraram avaliações completamente diversas. O fordismo introduziu a produção em massa e padronizada de automóveis nas primeiras décadas do século XX. Nos anos 1930, com o New Deal, a política armamentista e a reconstrução das economias europeias dos anos 1950, ele se impôs e pôde desenvolver-se. Nas análises teóricas sobre a regulação econômica, 1973 aparece como o ano da transição: crise de valorização do capital, crise do petróleo, fim da fase do Estado do bem-estar social e depois, no final dos anos 1970, o início da contrarrevolução neoliberal com a reestruturação da economia, das relações de classe, do Estado para o pós-fordismo, da estrutura em tríade da economia mundial e do Estado da competitividade. A questão que se coloca é como avaliar agora as crises de 2000/2001 (a crise da chamada “nova economia”) e a crise de 2008. Há várias propostas: a) com a Grande Depressão dos anos 1930

começou a *grande onda* de acumulação sob hegemonia americana, que já nos 1970 entrou em uma crise e terminou somente com a crise de 2008 (Schmidt 2009, 525); b) com a crise de 2008 termina a era do *neoliberalismo* e nós nos encontramos em uma fase de transição, em um interregno, com perspectivas alternativas (Candeias 2011); c) a enorme acumulação de capital fictício e a crise atual mostram que o capitalismo bateu no seu teto, porque o trabalho criador de valor acaba, devido aos grandes aumentos da produtividade em consequência da Terceira Revolução Industrial (Lohoff/Trenkle 2012); d) com dimensão gigantesca da exploração dos recursos naturais e das mudanças energéticas, a crise atual coloca a humanidade diante de uma alternativa fundamental: a ameaça de autodestruição da espécie ou uma revolução total do padrão de vida geral (Altwater 2010); e) a crise atual é uma etapa no cumprimento de um capitalismo transnacional de alta tecnologia, comparável à crise inerente do fordismo nos anos 1930 (Haug 2012). Até agora, essas questões não foram analisadas em uma abordagem direta e profunda. Como as tecnologias de gerenciamento da crise se tornaram mais complexas, existe a possibilidade de evitar calamidades e tornar transitórias as dinâmicas de crise. Com isso, todavia, surge a questão como descarregar este progressivo congestionamento de problemas.



6. A política da crise europeia e suas contradições

A crise domina a zona do euro e a UE. A impressão de que a crise de 2008-2009 não passou de uma breve recessão só ocorreu em poucos países, como Alemanha, Áustria ou os países escandinavos.

Os bancos foram salvos com dinheiro público. Assim, os títulos dos detentores de ativos e as economias dos pequenos investidores foram garantidos, assim como os bônus dos dirigentes de bancos e – com algumas restrições – também seus modelos de negócio. Os bancos foram forçados a aumentar o seu capital próprio. Mas houve conflitos em relação ao montante e valor das reservas. Testes de estresse revelaram quão pouco resistente foi essa formação de capital próprio. A introdução do imposto sobre transação financeira veio a debate logo depois da deflagração da crise, porém até há pouco tempo houve uma resistência considerável a esta ideia, sobretudo por parte da Grã-Bretanha, mas também de outros países, como a Suécia.¹¹ Quando ficou evidente que não haveria consenso dentro da UE, os governos de 11 países-membros da UE concordaram, em outubro de 2012, em introduzir isoladamente um imposto sobre transações financeiras. O Conselho de ministros de Economia e Finanças da UE aprovou essa decisão como “cooperação fortalecida” no âmbito do direito europeu. Planeja-se instituir uma taxa de imposto de 0,1% sobre todas as compras e vendas de ações e obrigações, bem como um imposto de 0,01% sobre todas as compras e vendas de derivativos. Resta esperar para saber qual será o montante das receitas através do imposto sobre transação financeira, que efeitos de controle e distribuição ele vai gerar e que estratégias de evasão os investidores adotarão.¹² Salvos com dinheiro público, os bancos praticamente não tiveram que aceitar condição alguma quanto à

¹¹ Com frequência, não se vê que o país socialdemocrata modelo, a Suécia, tem uma economia relativamente bem financeirizada, na qual os fundos de pensão desempenham um papel importante, o que também encontra expressão no âmbito da política.

¹² Se a taxa de imposto for muito baixa ou se o imposto sobre a transação financeira for introduzido em apenas alguns países, poderá ter nenhum efeito de controle, porque as transações financeiras não são proibidas. Quanto mais países introduzirem o imposto, quanto mais alta for a taxa de imposto e quanto mais transações se tornarem não rentáveis e forem evitadas, menor será a receita fiscal e, com isso, o efeito de distribuição.

condução de seus negócios. Mesmo o montante dos bônus para os executivos foi aceito em vários casos, por supostamente não estar sujeito à evasão, e para reter os executivos mais competentes.

A garantia dos bancos é obtida quando se garante solvência aos Estados com problemas de refinanciamento, através de garantias e créditos de urgência de outros países da zona do euro, via Fundo Europeu de Estabilização Financeira e do MEE. O objetivo é ajudá-los a servir suas dívidas e a garantir seu refinanciamento nos mercados de capitais. Além disso, desde a declaração do presidente, Mario Draghi, no verão de 2012, em caso de necessidade o Banco Central Europeu pode comprar ilimitadamente títulos públicos dos países que se submeterem a programas de ajuste estrutural negociados com a *troika* formada pela Comissão Europeia, pelo BCE e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele assume o risco dos bancos, de modo que eles não precisam mais conservar em seus balanços e depreciar os títulos possivelmente “intoxicados”. O BCE e outros bancos centrais também concedem créditos em condições particularmente favoráveis para manter as operações interbancárias e não levar a desconfiança da solvência dos bancos a uma interrupção da circulação do dinheiro – o que teria vastas consequências para a solvência dos atores do mercado, o refinanciamento das empresas, como também a perda de confiança dos investidores, poupadores ou consumidores. Contudo, essas medidas, como créditos de longo prazo para bancos ou programas de compra de obrigações, fazem com que os bancos arrastem o saneamento de seus balanços, como teme o FMI. Também se teme que, se em algum momento o mercado fizer subir rapidamente os juros, os bancos centrais apresentem perdas enormes com as obrigações que adquiriram (ver *Neue Zürcher Zeitung*, 12/4/2013). Além disso, a garantia também volta a favorecer o enriquecimento dos detentores de ativos. Os empréstimos a juros baixos do BCE e de outros bancos centrais, por exemplo, são investidos pelos bancos com juros mais altos em títulos públicos. Investidores que, por volta de janeiro de 2012, de acordo com o direito internacional, compraram títulos da dívida pública da Grécia,

lucraram não só com seus juros elevados, como também com o aumento da cotação no segundo semestre, após a confirmação da derrota eleitoral apertada da esquerda nas eleições de junho. Em 2012, esses títulos da dívida pública grega renderam 98%. (Zschäpitz 2013). Estudo realizado na Grã-Bretanha revelou que a política monetária mais frouxa do Banco da Inglaterra favoreceu o aumento da cotação das ações e de outros títulos, beneficiando sobretudo os ricos (Elliott 2012). Portanto, através da política, foi possível satisfazer as exigências de rendimento dos detentores de ativos. Contudo, existem certamente conflitos, pois é impensável existirem *offshore leaks* – vazamentos de dados de milhares de dezenas de detentores de ativos – sem a existência de interessados do setor bancário ou do aparelho do Estado (dos EUA) em limitar o poder dos detentores de ativos. Também existe a preocupação de economistas do FMI de que as medidas de resgate e tentativas de regulação realizadas até agora se restrinjam aos bancos, sem considerar o sistema bancário paralelo, as caixas de pensão e os seguros – e seria necessário acrescentar: os departamentos financeiros de empresas privadas e públicas, importantes atores da acumulação com dominância financeira (ver *Neue Zürcher Zeitung*, 12/4/2013).

Se governos e bancos são considerados em crise porque precisam contar com prejuízos, seu mercado de capital de risco aumenta e os juros também. Isso é vantajoso para os credores; afinal, a crise é evocada quando se trata de negociar como reestruturar a dívida e fazer o refinanciamento, pois assim é possível elevar os juros a longo prazo. Os credores podem ter um interesse em elevadas dívidas públicas e altos juros. Contudo, isso origina uma tendência contrária, a de que a partir de um determinado valor do endividamento e dos juros a restituição dos créditos e o pagamento dos juros se tornam cada vez mais improváveis. Nesse aspecto particular, os credores têm interesse por medidas de austeridade: garantia da estabilidade monetária, redução da dívida do Estado, consolidação do orçamento, redução dos gastos públicos e um aumento da receita – desde que não afetem os próprios detentores de ativos e proprietários de capital.

Para a indústria de exportação em países como a Alemanha, por um lado, a política de austeridade tem consequências negativas, porque a demanda cai nos países afetados pela crise. A zona do euro voltou a entrar em recessão em 2012. Por outro lado, na Alemanha, justamente os representantes do capital industrial exportador são defensores da política de austeridade. O motivo para isso pode ser o fato de setores cruciais da indústria alemã assumirem uma posição de tal forma superior na divisão do trabalho internacional que não dependem da desvalorização monetária para defender sua competitividade. Ao contrário: ainda na época do marco alemão, a indústria alemã convivia bem com a valorização da moeda. Considerando seus elevados excedentes de exportação, o capital industrial exportador da Alemanha está interessado em um investimento seguro de suas receitas. Por esse motivo, existe um interesse comum do capital industrial alemão voltado para a exportação e do capital financeiro na estabilidade do euro, que se manifesta inclusive na obsessão quase fanática da opinião pública alemã pela consolidação orçamentária e pelo combate à inflação na Europa.

Esse interesse comum das frações de capital dominantes no bloco de poder alemão é ainda reforçado pela seguinte tendência: nos últimos anos, as exportações alemãs para países localizados fora da zona do euro cresceram mais rápido do que as exportações para outros países da zona do euro. Muitas empresas veem seu futuro mais nos mercados emergentes “China, Índia, Brasil ou Rússia. Em comparação com esses países, um mercado como a Grécia tem pouquíssimo peso. Muito mais importante é o papel internacional do euro, ou seja, até que ponto o euro pode ser aceito como meio de pagamento e moeda de reserva também fora da zona do euro (ver Lapavitsas 2013). As frações de capital voltadas para o mercado global nos países da zona do euro lucram com o fato de poder exigir pagamento em euro, pois assim não se expõem a riscos cambiais. Mas isso pressupõe a estabilidade do euro, defendida através de uma política de estabilidade. Como a política de austeridade perpetua e fortalece a crise nos países afetados da zona do euro, surgem

novas contradições e conflitos na ala dos que dominam. Assim, durante algum tempo não havia acordo sobre a questão de excluir ou não a Grécia da zona do euro, porque não está claro qual seria o impacto para o euro, a estabilidade da UE e para as frações dominantes do capital industrial e financeiro. A questão reapareceu no caso de Chipre: exclusão, insolvência do Estado regulamentada ou ajuda financeira? Uma divisão da zona do euro e a volta às moedas nacionais também entram no debate na Alemanha, através da declaração de inúmeros professores universitários¹³ e da formação de um novo partido, “Alternativa para a Alemanha”. A crise dos mercados financeiros e as estratégias para sua superação intensificam as contradições e tendências vinculadas ao modo de regulação neoliberal e ao regime de acumulação com dominância financeira. Com as restrições impostas aos orçamentos públicos, os resquícios do compromisso de classe fordista são agredidos na base: os empregos públicos, os serviços públicos ou a transferência social não podem ser mais mantidos na mesma abrangência. A política de austeridade é um ataque direto não só ao serviço público e aos beneficiários dos serviços sociais, mas aos assalariados como um todo. O desmonte dos serviços públicos, que constituem uma parte do consumo coletivo dos assalariados (por exemplo, na área de educação e saúde, nos transportes públicos de passageiros), piora as condições sociais para a reprodução da mão de obra e contribui para a queda do seu valor. Esse também é o objetivo das reduções salariais no setor privado almejadas via política de austeridade. Além disso, encomendas públicas e transferências sociais públicas fortalecem a demanda macroeconômica. No caso de países altamente dependentes de importações, isso tem consequências também para aqueles que exportam para ali e para onde há pouca demanda interna.

A questão que se coloca é como é possível tal especulação sobre a falência de governos da zona do euro. A crise nos EUA ainda não foi

¹³ Ver <http://www.faz.net/aktuell/wirtschaft/europas-schuldenkrise/stellungnahme-im-wortlaut-vwl-professoren-ueber-europas-schuldenkrise-1596622.html>.

superada e o governo japonês está atento às atividades especulativas dos investidores que operam globalmente e que também podem voltar-se contra a economia japonesa e o iene. Com uma dívida de 240% do PIB, o governo do Japão é um dos mais endividados entre os países-membros da OCDE. Metade do orçamento é financiada através de créditos, há muitos anos a contração da dívida supera as receitas fiscais, cerca de um quarto do orçamento serve a dívida. A vantagem da dívida pública no Japão é que, em grande parte, ela é uma dívida interna. Já os EUA têm a vantagem de ter por trás do dólar o Estado americano com suas peculiares capacidades econômicas, políticas e militares, garantindo a função do dólar como moeda universal apesar dos elevados déficits do balanço de pagamentos e do orçamento. Por isso, as obrigações do Tesouro americano continuam a ser referência para todos os tipos de investimento de capital globalmente (ver Panitch/Gindin 2012).

Na Europa e na zona do euro, as condições são mais complicadas. A crise atual não só evidenciou as contradições do regime de acumulação global com dominância da valorização financeira, mas também as contradições internas da integração europeia. Essas contradições provêm da divisão internacional do trabalho e do desenvolvimento desigual, ou seja, das relações entre os centros imperialistas EUA, Grã-Bretanha, Alemanha, França e os países periféricos da Europa. Exportação de mercadorias e capital dos centros faz com que os países da periferia assumam uma posição de devedores em termos líquidos.¹⁴ Isso, até hoje, não parece ter mudado muito (ver Müller/Schmidt 2010).

¹⁴ Se os desequilíbrios no balanço de pagamento dentro da UE são antes determinados pelo comércio de mercadorias ou pela circulação de capital, essa questão é controversa no debate crítico das ciências sociais. A esquerda alemã destaca geralmente os desequilíbrios no balanço de pagamento. Mílios e Sotiropoulos (2010), ao contrário, argumentam que os desequilíbrios no balanço de pagamento da Grécia não constituem a origem, porém, a consequência da alta importação de capital. Em nossa opinião, não há em geral nenhuma clara causalidade no balanço de pagamento, esse é o resultado de uma multiplicidade de transações privadas e públicas em diversas circulação de capitais. O balanço de pagamento pode ser determinado de modo diferente, dependendo da integração concreta de um país na circulação internacional de capitais.

Como a Grécia não tem uma estrutura industrial amplamente diversificada como a Alemanha, em muitas áreas ela nem concorre efetivamente com a Alemanha. E nem as reduções de salário na Grécia mudam esse quadro. Em 2011, os custos de mão de obra nas indústrias transformadoras na Alemanha eram de 46 dólares/hora e na Grécia, de 19 dólares/hora (Brangsch 2011, 4). A ideia de que a crise na Grécia foi provocada por salários exorbitantes não é plausível. O que não é o caso de produtores nos países como Itália ou França, que de fato concorrem com os produtores alemães em vários segmentos industriais. Constate-se aqui que os custos unitários de trabalho nominais em nenhum outro país da UE cresceram de modo tão devagar como na Alemanha (Comissão Europeia 2011, 94s.).

Países como a França ou Itália viram-se cada vez mais pressionados e confrontados com crescentes déficits do balanço de pagamento. O desenvolvimento desigual e a pressão de adaptação que – sobretudo, nos países com déficits no balanço de pagamento – pesa sobre os assalariados são agravados pela moeda comum. Na política monetária, os países da zona do euro têm um *status* comparável ao *status* de regiões dentro dos Estados nacionais. Antigamente, quando os países tinham sua própria moeda, as perdas de competitividade podiam ser parcialmente compensadas pela desvalorização da moeda do país afetado. Esse mecanismo não se aplica nos países da zona do euro. O desenvolvimento desigual da produção em cada país da zona do euro gera perda de competitividade dos preços em países com baixo crescimento da produtividade. Com isso, aumenta a pressão para reduzir salários, contribuições sociais e impostos sobre capitais. Não há nenhuma associação sindical europeia, nenhuma coordenação eficaz das políticas tarifárias nacionais, menos ainda, lutas salariais transnacionais que possa enfrentar essa pressão. Também falta uma política fiscal conjunta, ou seja, uma política fiscal conjunta que pudesse combater a concorrência fiscal na Europa, assim como também mecanismos de transferência que – de modo similar ao sistema de compensação financeira dos estados federados da Alemanha – pudessem garantir um equilíbrio

entre os países que se desenvolvem de maneira desigual (ver Altvater/Mahnkopf 1993, Heine/Herr 2006).

Com a União Monetária Europeia e o Pacto de Estabilidade Europeu, foram estabelecidas normas para um limite máximo de endividamento dos governos (60% do PIB) e um teto máximo de novo endividamento anual dos governos (3% do PIB). Esses limites de endividamento foram estabelecidos arbitrariamente, sobretudo por pressão do governo alemão. Já durante a formação da zona do euro, houve um desvio das regras estabelecidas por motivos políticos. A Itália, por exemplo, entrou para a zona do euro com uma dívida de mais de 100% do PIB. Politicamente, parecia impensável deixar que um dos países fundadores da Comunidade Econômica Europeia ficasse de fora.

Economicamente, tratava-se de não subdimensionar muito a zona do euro, a fim de conferir ao euro um peso suficientemente grande em nível internacional. Após a crise dos anos 2000-2002, ficou claro que mesmo grandes países como a Alemanha e França, com suas baixas taxas de crescimentos, não podiam manter as regras do pacto de estabilidade. O pacto de estabilidade revelou-se já naquela época como letra morta, porque a Alemanha e França conseguiram que, as sanções previstas no acordo, não fossem aplicadas a si como “pecadoras por déficits”. Contudo, a partir da perspectiva macroeconômica, continua-se a insistir nas normas disfuncionais do pacto de estabilidade, e elas são ainda fortalecidas pelas medidas decididas recentemente da *European Economic Governance* e pelo pacto fiscal¹⁵ – por um lado, porque constituem um método já experimentado para disciplinar os assalariados da zona do euro, por outro, pela relativa autonomia ideológica. Justamente na Alemanha, não há praticamente posicionamentos nas ciências econômicas divergentes do pensamento único neoliberal.

A insistência rígida dos governos europeus nas normas do equilíbrio orçamentário e a tentativa de implementá-las, sob pena de sanções, favorecem a especulação sobre a falência de países mais fracos.

¹⁵ Ver sobre *European Economic Governance*: Konecny 2012; sobre a crítica ao Pacto Fiscal, Karrass 2012; Oberndorfer 2012.

Aparentemente, os investidores transnacionais só têm a ganhar: primeiramente, pelo aumento dos juros sobre as obrigações do Estado. Os credores privados também não perdem necessariamente com uma renúncia ao crédito negociada, como no caso da Grécia, já que o valor de mercado das obrigações do Estado, de qualquer modo, está bem abaixo do seu valor nominal, sobre o qual a renúncia ao crédito é calculada percentualmente. Eles trocaram títulos públicos velhos por títulos públicos novos, cujas taxas de juros estão acima do nível anterior à crise e que agora ainda estão assegurados pela garantia de restituição do FEEF ou do MEE. Se compraram seus antigos títulos a uma cotação inferior à cotação atual, até realizam lucro. Até agora, os investidores fizeram valer seu poder econômico e político para impedir uma recusa unilateral do serviço da dívida nos países em crise.

Diante desse pano de fundo, não admira que atualmente todas as contradições do regime da acumulação com dominância da valorização financeira e da integração europeia se condensem aqui e apareçam como crise do refinanciamento do Estado e do euro. Várias partes da UE se desintegram cada vez mais. A questão é se a zona do euro (ou até mesmo a UE) vai se desmembrar ou se vai ocorrer um aprofundamento da integração europeia que crie as condições para estabilizar a UE. Seja como for, o *status quo* atual não se sustenta.



7. A Alemanha e a crise da gestão da crise

A Alemanha assumiu um papel especial no desenvolvimento das duas últimas décadas e na crise atual. Após a reunificação, o país se endividou enormemente para viabilizar uma política estrutural, atenuar as consequências da desindustrialização da Alemanha Oriental e ampliar a infraestrutura pública. O número de desempregados era muito elevado, o sistema duplo de representação de interesses sindicais e empresariais da mão de obra assalariada foi sendo gradualmente esvaziado, especialmente na Alemanha Oriental. A abertura da Europa do Leste, a imigração de mão de obra qualificada e o deslocamento da produção e da prestação de serviços para a Europa do Leste exerceram pressão sobre as condições de ocupação.

Se durante os 16 anos do governo Kohl a reestruturação sistemática do “modelo Alemanha” ocorreu de maneira mais discreta, conforme os critérios do regime de acumulação com dominância da valorização financeira, esse processo se acelerou consideravelmente a partir de 1998, no governo Gerhard Schröder, através de inúmeras leis.

Se por um lado a coalizão formada por cristãos-democratas e liberais introduziu as primeiras leis de incentivo ao mercado financeiro, prescindindo do imposto patrimonial, por outro lado, a coalizão dos socialdemocratas com os verdes prosseguiu com o incentivo ao mercado financeiro, fomentou as empresas *private-equity* e fundos baseados em operações de *hedge*, favoreceu com medidas fiscais os lucros decorrentes da venda de participações no capital, reduziu o imposto sobre herança, a taxa de tributação máxima do imposto de renda e muito mais. Novas formas empresariais e modelos de negócios ganharam espaço político, sob o argumento de que a Alemanha também precisava ser competitiva na área de mercados financeiros e atrair investidores.

Com os critérios de Maastricht, a Alemanha pôde adotar uma política monetária neoliberal que limitou bastante a margem de manobra da política econômica pública, dos investimentos públicos e da governabilidade. Isso foi intensificado com o freio da dívida e do

pacto fiscal. A introdução do euro foi vantajosa para as empresas alemãs. Antes, a crescente competitividade das empresas alemãs implicava a valorização do marco alemão, impedindo, ao menos parcialmente, que os produtores alemães reduzissem a competitividade de seus vizinhos europeus. Dentro da zona do euro, essa redução da concorrência através de mecanismos da taxa de câmbio foi desativada. Os custos de trabalho nominais unitários cresceram bem mais devagar na Alemanha desde os anos 1990 do que em todos os outros países da UE, sendo que isso se deu predominantemente não devido a ganhos de produtividade, senão à moderação salarial na Alemanha (Lapavitsas et al. 2011, 15s.). As economias mais fracas não puderam reagir desvalorizando sua moeda.

A pressão exercida pela concorrência no mercado de trabalho sobre os trabalhadores e sindicatos foi ainda mais intensificada politicamente por empresas, partidos e governo. Ataques aos sindicatos os levaram a uma posição defensiva. Há muito tempo a Alemanha apresenta baixo índice de greves em relação a muitos países europeus, e o número de faltas no trabalho ocasionadas por greves e *lockouts* vem caindo claramente desde meados dos anos 1980 (se o número de faltas no trabalho ocasionado por greves em 2006 era de 1,61 milhão, em 2011 era só de 300.000, com apenas 180.000 grevistas) (Dribbusch 2010, 147, 159; Böckler-Impuls 6/2012).

O disciplinamento dos assalariados na Alemanha através da Agenda 2010, as leis Hartz e a expansão do setor de salários baixos constituem a precondição para colocar em vigor a política de austeridade em relação aos assalariados em toda a Europa. Inversamente, os ataques aos assalariados na Grécia, Espanha, Portugal, etc. deverão em breve influenciar os assalariados na Alemanha, possivelmente gerando mais uma rodada de cortes dos direitos e serviços sociais e de reduções dos salários.

No curto prazo, a Alemanha é vencedora da crise. O peso econômico e político da Alemanha na Europa continua crescendo. A demanda por títulos públicos alemães aumentou à medida que os investidores venderam obrigações de Estado de outros países

européus. Para investidores transnacionais, a Alemanha surge como um porto seguro. Por isso, os juros baixaram para os títulos públicos alemães, enquanto aumentaram para as obrigações do Estado da maioria dos outros países da Europa. O governo alemão, portanto, pode se refinar de maneira favorável.

À primeira vista, a severidade do governo alemão no gerenciamento da crise europeia não é apenas incompreensível como também contradiz importantes interesses do capital. A exigência de que o BCE deveria seguir comprando irrestritamente obrigações do Estado – para baixar os juros para os governos da UE afetados pela crise do refinanciamento e recuperar a confiança nas obrigações dos respectivos países – foi feita não só pelos investidores anglo-americanos, e durante muito tempo enfrentou a resistência acirrada do governo alemão, sobretudo do Deutsche Bundesbank. O mesmo vale para a introdução dos eurobônus, proposta já no final de 2008 por Jean-Claude Juncker e outros políticos da UE, e que até agora fracassou na resistência do bloco de poder alemão. Ao mesmo tempo, parece óbvio que a política de austeridade brutal imposta à Grécia e a outros Estados em crise, sob a liderança do governo alemão na *troika* constituída pela Comissão Europeia, pelo BCE e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), apenas acirra a crise nesses países. Seria então a atual política de superação da crise irracional, mesmo a partir da perspectiva da reprodução do capital?

À primeira vista, a política de austeridade e as exigências de financiamento público pela via monetária ou pela socialização das dívidas parecem contraditórias. Enquanto a política de austeridade parece visar em primeiro lugar à redução da dívida pública, o FEEF, o MEE e a ampliação do papel do BCE como *lender of last resort* (credor de última instância) para os países da zona do euro criam condições para uma ampliação ainda maior da dívida pública. Também os eurobônus iriam elevar a capacidade de endividamento do Estado na zona do euro. Mas o contraste entre essas medidas é apenas aparente. Afinal, a política de austeridade não levará à redução do endividamento público, mas, na melhor das hipóteses, criará

condições para recuperar a confiança dos investidores nas títulos públicos dos países da Europa. Se a política de austeridade empurrar os países mais ainda rumo à recessão, as receitas fiscais diminuirão dramaticamente e a dívida pública continuará a crescer rapidamente. Em caso mais favorável, se a recessão puder ser superada e ficar “só” na estagnação, a política de austeridade poderá talvez levar a um aumento mais lento da dívida pública. Mas mesmo o FMI prevê que a dívida pública média na zona do euro, que já subiu de 80% do PIB em 2009 para 92,9 % do PIB em 2012, no ano 2014 estará em 95,3% (FMI 2013, 161).

Em última análise, portanto – apesar ou por causa da política de austeridade – uma parcela maior ainda do PIB ou das receitas fiscais será disponibilizada para o serviço da dívida. A política de austeridade e a tão discutida socialização da dívida servem para impedir uma desvalorização maior ainda do capital fictício, personificado pelos títulos públicos. Não se trata da redução da dívida pública, mas sim da sua sustentabilidade. As obrigações do Estado são imprescindíveis como opção de investimento para os ativos financeiros globais que, há muitos anos, crescem mais rápido do que o produto social global.

Mas se a política de austeridade e a socialização da dívida pública ou o financiamento do Estado pela via monetária, através do BCE, são apenas caminhos diferentes para restaurar a confiança nos títulos públicos europeus e garantir um endividamento sustentável, por que os governos da zona do euro não seguem o caminho mais confortável, flexibilizando a política de austeridade e concentrando-se na socialização do endividamento? Certamente, sem a política de austeridade, o endividamento público na zona do euro cresceria mais rápido. Mas por que isso seria tão problemático? Há décadas, a Itália tem uma dívida pública de mais de 100% do PIB e ela não era considerada nenhum problema, porque, assim como no Japão, trata-se de uma dívida predominantemente interna (ver Grasse 2012). Por que justamente agora haveria de se tornar um problema? Os EUA também podem se dar ao luxo de ter uma dívida de 100% do

PIB e, no caso do Japão, chega até mesmo a 200% do PIB. Para que então a mão de ferro da política de austeridade alemã e europeia? Se a dívida fosse somente interna dentro da zona do euro, a situação poderia ser desdramatizada.

A política de austeridade não tem como objetivo apenas reduzir os gastos públicos ou aumentar as receitas fiscais sobre os gastos das classes sociais mais baixas. Trata-se de baixar o nível salarial no setor privado, aumentar a jornada de trabalho, aumentando a exploração da mão de obra de maneira geral. A política de austeridade não resolve a crise, mas permite a realização de antigas exigências por parte do capital até agora inexecutáveis. A política de austeridade não serve somente para salvar os bancos (isso seria possível também se o BCE comprasse dos bancos os títulos públicos que eles detêm), mas serve, sobretudo, ao capital industrial, especialmente ao capital industrial exportador, cuja lucratividade aumenta neste processo.

Nesse contexto, há muita demagogia social em jogo, os problemas são nacionalizados e culturalizados: alemães aplicados e trabalhadores em contraposição a europeus do Sul preguiçosos e perdulários. Não dá mais para viver acima das possibilidades. Com isso, relega-se a segundo plano o essencial, ou seja, que os ricos em países como a Grécia ou Itália não pagam praticamente nenhum imposto, que a riqueza social na Grécia como na Alemanha é apropriada pelas classes sociais mais altas. A dívida do Estado grego corresponde, por outro lado, a um enriquecimento; e, no entanto, trata-se dos ricos e super-ricos que pilharam o Estado através de corrupção, sonegação de impostos, subvenções ou superfaturamento em contratos públicos. Quantias consideráveis de dinheiro foram enviadas para o exterior (Suíça, Chipre, Cingapura). Títulos da dívida são transferidos de contas suíças para a zona do euro a fim de poder reivindicar ajuda financeira.

A política de austeridade tem ainda outro significado: não se trata somente de se defender o euro, mas, sobretudo, de se defender o papel internacional do euro (ver Lapavitsas 2013). O euro não funciona somente como meio de circulação e pagamento dentro da

zona do euro, funciona também como moeda mundial, como moeda de reserva internacional, mesmo estando em segundo lugar atrás do dólar americano. Não é por acaso que o BCE publica anualmente um relatório especial sobre o papel internacional do euro. Justamente na concorrência cambial, a estabilidade do euro é importante como parâmetro de valores, como meio de circulação e pagamento, e como meio de acumulação. Bancos que atuam internacionalmente e conglomerados empresariais transnacionais sediados na zona do euro lucram especialmente quando podem conceder créditos na sua própria moeda e seus parceiros comerciais pagam em euro. Isso reduz seu risco cambial. Assim, é do interesse dos bancos e dos grupos empresariais saber até que ponto atores fora da zona do euro estão dispostos a utilizar o euro como moeda. Essa importância cresce à medida que aumentam os entrelaçamentos financeiros com atores fora da zona do euro. No caso alemão, por exemplo, constata-se que as exportações para países fora da zona do euro nos últimos anos cresceram mais rápido do que as exportações para países de dentro da zona do euro. A defesa do euro alicerçada na política de austeridade não é, portanto, apenas resultado das estratégias europeias do capital alemão, mas sobretudo resultado de suas estratégias de globalização.

Mas o governo alemão não desempenha o papel de disciplinador da Europa apenas por interesse do capital alemão, senão também por interesse das frações de capital dominantes em outros países da zona do euro. Só assim se explica que o ex-presidente da França, Sarkozy, tenha seguido a linha da chanceler Angela Merkel. E nem mesmo o governo grego quer sair da zona do euro, embora a política de austeridade destrua o mercado interno e prejudique partes do capital que dependem em primeira linha do mercado interno.

A estratégia de solução da crise cria contradições não só do ponto de vista econômico. Pelas abordagens políticas, o gerenciamento da crise empurra a política cada vez mais para uma linha liberal autoritária (ver Fisahn 2012, Konecny 2012, Heinrich 2012, Oberndorfer 2012b). Já em outubro de 2008 foram escolhidas práticas públicas

de emergência para criar um fundo extraordinário de resgate dos bancos, que dava poder a uma pequena comissão – distante do controle do Parlamento – para salvar bancos em caso de necessidade. Sistemáticamente, decisões democráticas sobre soluções para a crise foram impedidas: na Grécia, o anúncio do então primeiro-ministro Papandreou, no final de outubro de 2011, sobre a realização de um referendo sobre as medidas de austeridade impostas pela *troika*, foi rejeitado sob pressão internacional. Tanto na Grécia como na Itália, após a renúncia dos primeiros-ministros, Papandreou e Berlusconi, assumiram governos de “especialistas” para tomar decisões com base nas supostas condicionalidades, independentemente dos partidos e da vontade do povo. Até agora, os protestos naqueles países, bem como na Espanha, Portugal, França ou Alemanha, não conseguiram reverter a política de austeridade.

O pacto fiscal foi realizado à revelia dos acordos e processos da União Europeia. Ele obriga o legislador a uma disciplina orçamentária rígida e a multas elevadas em caso de violação. Não existe uma cláusula de rescisão nesse acordo intergovernamental. Em 1º de setembro de 2011, reagindo à resistência dos parlamentares do Bundestag à sua política, a chanceler alemã Angela Merkel disse à imprensa que haveria de encontrar caminhos “para organizar a codeterminação parlamentar de modo a estar conforme com o mercado”.¹⁶ A orientação de conformidade com o mercado chocou vários comentaristas. Mas o fato de o Parlamento ser reduzido a uma comissão de codeterminação já é em si escandaloso. Cogitou-se temporariamente proibir o direito a discursos a parlamentares do Bundestag que não observassem as normas da direção da fração” proposta que, por enquanto, fracassou devido à resistência no Parlamento e na esfera pública. Há um título de livro, bem-intencionado, que talvez defina a situação de maneira bastante adequada: *Weniger Demokratie wagen* [Ousar menos democracia] (Trankovits 2011).

¹⁶ Documentado a partir de publicações sobre política alemã e internacional em <http://tinyurl.com/79s6yyz>.

8. O que fazer?

Costuma ser problemático dar conselhos no final de um texto. Será que esses conselhos efetivamente seriam conclusões das análises precedentes? Ou adotamos o modo de pensar da classe dominante – e, neste caso, aliás: por que deveríamos dar algum conselho a ela? Também existe o risco de nos irritarmos, condicionados pela teoria democrática, quando oferecemos propostas à “esquerda”. Temos o direito de fazer esse tipo de proposta? Não seria autoritário? Claro, não estamos falando de nenhum tipo de sujeito coletivo uniforme. Mas no âmbito dessa esquerda talvez existam pessoas ou grupos que lidam com questões e problemas semelhantes. A nosso ver, nossas reflexões são aspectos que gostaríamos de levar ao debate da esquerda, no mínimo para contribuir para que se ela torne um ator capaz de agir e de desenvolver suas próprias abordagens dentro da crise.

As propostas não esgotam o assunto. Existem inúmeras outras. A situação atual na Alemanha está longe de ser como na Rússia do outono de 1917, em que as necessidades de muita gente podiam ser condensadas em poucas reivindicações centrais (como o “pão e paz” daquela época). Nossas propostas tampouco são conclusivas. Não pretendem declarar o debate por encerrado. Ao contrário, devem ser consideradas um ingrediente para a reflexão. Em outras palavras: apenas fazemos valer nosso direito à liberdade de expressão, sem querer tirar esse direito de outros, mas, ao contrário, estimulá-los a não simplesmente reclamar da crise, e sim usar as análises para sondar as possibilidades de ação. Também não somos da opinião de que a esquerda possa simplesmente especular sobre a ocorrência de protestos e que, a partir deles, novas perspectivas surjam espontaneamente.

As propostas seguintes partem do princípio de que uma transformação socialista da sociedade é necessária, mas que ela só será possível se a esquerda desenvolver uma compreensão dialética de reforma e revolução. Isso significa: não simplesmente compreender reforma e revolução como antíteses, mas reconhecer que as reformas podem ter efeitos distintos nas relações de forças sociais e no desenvolvi-

mento da sociedade, podendo favorecer mais ou menos a superação do modo de produção capitalista. Significa ainda reconhecer que revoluções não levam obrigatoriamente a uma transformação profunda das relações sociais.

O importante, portanto, é chegar a um conceito de transformação socialista, exigente e determinante de ação (Demirović 2012), no sentido de uma “*realpolitik* revolucionária” (Rosa Luxemburg). Sendo assim, as reformas não deveriam ser discutidas somente sob a perspectiva de como elas podem melhorar imediatamente a situação de vida das classes subalternas, mas também até que ponto contribuem para criar condições que permitem uma ruptura com as relações de dominação existentes.

- a. Em primeiro lugar, é tarefa da esquerda entender e explicar os mecanismos que servem para organizar os processos sociais de forma a que a riqueza social permaneça na mão de poucos. É fato que as mudanças neoliberais dos países-membros da OCDE, iniciadas nos anos 1980, geraram uma imensa redistribuição da riqueza social. O patrimônio de um número ínfimo de ricos cresceu de maneira gigantesca. Por outro lado, houve uma exploração acirrada dos assalariados e um aumento de pobres, desempregados e trabalhadores em situação precária. Trata-se, portanto, de enfraquecer as tentativas de intimidação com o argumento de que a crise seria complexa demais e opor-se igualmente a falsas interpretações (do tipo: tudo é resultado da ganância, da ambição por juros, do imperialismo alemão), porque elas têm falsas implicações práticas. Tais análises também têm o sentido de contribuir para o autoesclarecimento e a racionalidade da esquerda, a esquerda sendo vista como uma força social cujo objetivo é contribuir para relações sociais livres e esclarecidas, organizadas a partir da perspectiva do trabalho em sociedade e do desenvolvimento livre de todos e não da perspectiva do lucro de alguns poucos.

- b. A crise econômica e financeira aponta para o caráter duplo do trabalho: ele não só cria valores de uso, mas é o fundamento da apropriação de valores. A dimensão da sobreacumulação é gigantesca. As sociedades capitalistas enriqueceram demais para poder continuar a tirar valor dessa riqueza. Não há alternativa para a destruição do capital. Ela pode acontecer em processos que aniquilam a economia de um país inteiro, de empresas individuais ou de títulos de dívida pública, em um processo inflacionário que surge sorrateiramente – como de fato ocorre com as condições de evolução de preços e juros –, em confisco dos depósitos bancários, também de poupanças (como no caso do Chipre) ou então em um processo organizado democraticamente, no qual se reflete coletivamente sobre direitos de propriedade e em que se decide objetivamente por anulá-los ou por confirmá-los. Isso pode ocorrer via fechamento de indústrias ou bancos, via introdução de empréstimos compulsórios ou via transferência da propriedade privada para o patrimônio público. A campanha por uma auditoria da dívida na Europa, organizada democraticamente, visa, entre outras coisas, à anulação de títulos de propriedade de ativos e a eliminação de capital (fictício). Com isso, pretende-se diferenciar entre diversos grupos de devedores: os assalariados e suas poupanças e seguros de pensão ou fundos multimercados que operam de modo especulativo. De acordo com isso, pode-se decidir que dívidas devem ser confirmadas e servidas.
- c. O euro não foi um projeto da esquerda. Ao contrário, houve críticas anteriormente à sua introdução (ver Altvater/Mahnkopf 1993; Glawe/Schröder 1997). Os receios se confirmaram em grande parte: houve crescente redistribuição de renda de baixo para cima e destruição de direitos sociais das classes subalternas, desenvolvimento desigual nos países da UE, intensificação dos déficits democráticos. Mas o euro

tampouco foi um projeto exclusivamente alemão (ver Bieling/Steinhilber 2000; Bieling 2010). Entre outros motivos, foi introduzido porque as taxas de câmbio flexíveis para o capital europeu eram disfuncionais diante da alta taxa de transações na Europa, e porque tentativas passadas de estabilização das taxas cambiais, como o Sistema Monetário Europeu, acabaram fracassando por causa das contradições da divisão do trabalho internacional e do desenvolvimento desigual dos países. Uma volta às moedas nacionais só aumentaria as possibilidades de especulação monetária na Europa. Ao contrário, não parece realista que países como a Grécia ganhem mais margem de manobra se saírem da zona do euro.¹⁷ O incentivo à exportação através da desvalorização da própria moeda enfrentaria o aumento de preços de importação e da dívida externa real. Provavelmente, pouca coisa mudaria nas estruturas de produção extremamente desiguais. A Grécia ou Portugal teriam pouco para exportar. A inflação aumentaria; os saldos das poupanças e as aposentadorias dos assalariados seriam desvalorizados. As consequências seriam o aumento da pobreza, emigração, transferência de saldos de poupança e dependência. A questão também é saber se a despedida do euro não significaria, em última análise, o fim da integração europeia, acabando por estimular ainda mais forças nacionalistas, autoritárias ou fascistas na Europa.

Na crise, não é tarefa da esquerda defender o euro, ou, ao contrário, estimular uma mobilização contra o euro. Não há uma correlação inequívoca entre o “euro” e as diferentes hostes político-sociais. Tanto entre conservadores quanto na esquerda há posições a favor e posições contra: o euro traz

¹⁷ A antítese foi várias vezes defendida por Costas Lapavitsas junto com seus colaboradores, por último, em *Lapavitsas*, entre outros, 2011. Ver, em relação à crítica a *Lapavitsas*, também *Onaran 2011* e *Husson 2012*. A comparação que Andrés Musacchios faz da situação na Grécia com a crise na Argentina na última década é também muito instrutiva (*Musacchio 2012*). Ver, sobre esse debate, além disso, a crítica de Joachim Becker à primeira versão do nosso artigo em *Prokla 166* (*Becker 2012*).

vantagens consideráveis para empresários alemães, porque os excedentes de exportação obtidos com a elevada competitividade e em parte pelos salários baixos teriam por consequência uma valorização da moeda, se existisse ainda o marco alemão, e os países importadores seriam afetados por uma desvalorização. Contudo, a competitividade de diversos países depende do desenvolvimento da produção, da gama de produtos e da qualidade do trabalho; também não se deve deixar de considerar o grau de entrelaçamento do capital. Na UE não há mais nenhuma economia nacional fechada. Em nossa opinião, o efeito de tais fatores seria que também uma economia alemã desmembrada da zona do euro não teria uma influência menos significativa. O marco alemão poderia ser reintroduzido e haveria uma valorização dele em relação ao euro ou a outras moedas nacionais reintroduzidas. Mas diante das diferenças de produtividade e das estruturas dos setores, muitos países na UE continuariam dependentes de importações da Alemanha ou de produtos de firmas alemãs. A competitividade só poderia ser alcançada através de medidas protecionistas e de uma política de longo prazo de desenvolvimento de estruturas equilibradas de serviços e indústria. Mas para isso haveria necessidade de capital e de opções de ação sociais. Com isso, esses países ficariam dependentes de investidores e credores que viriam, sobretudo, de fora (Alemanha, EUA, países árabes, China) e teriam, por sua vez, expectativas de altos rendimentos. Em face desses dilemas, acreditamos que a tarefa principal da esquerda é contribuir para uma melhor defesa das classes subalternas contra a política de austeridade. Na Alemanha, por exemplo, trata-se de apoiar as reivindicações por aumentos salariais mais altos do que a soma dos ganhos de produtividade e da meta de inflação nos iminentes debates sobre a convenção coletiva do trabalho. Os salários das mulheres teriam de ser elevados ao nível dos salários dos homens. Teria de ser implementado

o acesso equitativo ao mercado de trabalho de pessoas que vivem na Alemanha e não têm a cidadania alemã. A redução geral da jornada de trabalho, a aposentadoria a partir de 67 anos e a vinculação do tempo de vida dedicada ao trabalho e à evolução da produtividade, o aumento da taxa básica do salário-desemprego II, a introdução de um salário-mínimo geral que garanta a subsistência, o aumento das taxas máximas de tributação e uma dinamização da progressão, a reintrodução do imposto patrimonial, o imposto sobre o capital, a ampliação da infraestrutura pública na área de assistência à infância, assistência à velhice, da área de educação, do ensino e da pesquisa nas universidades, a transferência da ferrovia para o Estado e o fomento ao transporte público de passageiros, a desprivatização de bens públicos como água ou eletricidade, tudo isso representa importantes objetivos. Para a União Europeia, trata-se de almejar a equidade das condições de vida segundo um parâmetro socioambiental adequado. Para isso, é necessário seguir uma política regional e estrutural democrática que não esteja vinculada a objetivos de competição e crescimento, mas a formas equilibradas do desenvolvimento no contexto de uma divisão do trabalho em toda a Europa.

- d. Formas de economia solidária e democracia econômica são peças importantes para a transformação da economia capitalista (ver Dellheim 2008; Demirović 2007). Fazem parte da economia solidária formas que prescindem de uma mediação via mercado ou de concorrência, como doações, a disponibilização gratuita da própria capacidade de trabalho, sistemas de permuta; disso fazem parte também formas da propriedade comum dividida de cuja produção e manutenção muitas pessoas participam (*open-source-software*).

Também as cooperativas fazem parte desse rol, e elas precisam ser fortalecidas através da legislação e da criação de cursos universitários, de pesquisa e consultoria. Elas

vinculam o capital local, possibilitam a participação dos membros da cooperativa e reinvestem receitas excedentes. Na economia formal capitalista, a democracia econômica pode exercer uma influência sobre as empresas e sua política: vendas ou aquisições poderiam tornar-se objeto de decisão, assim como relações de trabalho, demissões ou novas contratações, investimentos, pesquisa e desenvolvimento. A democracia econômica teria que continuar sendo fortalecida, submetendo todas as empresas, por exemplo, a partir de 500 funcionários, à determinação através de representantes dos trabalhadores nos conselhos de supervisão, não importa sob que forma jurídica. Além disso, teria que haver também a participação de representantes dos consumidores. Isso inclui um debate sistemático, organizado democraticamente, sobre a necessidade social e a própria oferta de produtos. Depois de décadas de reivindicações em vão por parte dos sindicatos, seria o momento de pensar sobre a realização de conselhos setoriais e estruturais. Isso é importante para criar, não só na Alemanha como também em toda a UE, uma estrutura industrial e de prestação de serviços equilibrada que substitua a orientação de competitividade liberal autoritária. Além disso, haveria uma ampliação do setor público determinada por grêmios submetidos a controle democrático. Isso valeria também para os meios de comunicação social públicos. No lugar do controle realizado até agora através de partidos e associações, seria necessária uma democratização das comissões que permitissem uma comunicação de informações democrática e crítica e também o debate público.

Um campo central da democracia econômica, na atual perspectiva, é a área do setor financeiro, cuja democratização não pode ser realizada somente através de regras de participação em nível operacional ou empresarial dos bancos, fundos ou seguros. Será preciso ter regulamentações que exigem uma formação mais forte de capital próprio dos

bancos ou medidas como o imposto sobre transação financeira. Também se deveria continuar a pensar em concentrar completamente as funções de poupança e crédito em bancos públicos e controlá-las democraticamente. Isso poderia permitir que todos os cidadãos tivessem naturalmente uma conta-corrente gratuita; patrimônio público é a precondição necessária para se combater o uso especulativo de poupanças ou a criação de dinheiro do nada para a obtenção de lucro.¹⁸ Créditos poderiam ser concedidos de acordo com pontos de vista democráticos e da sustentabilidade socioecológica.

- e. No que se refere à política europeia, a esquerda luta em duas frentes. De um lado, precisa criticar claramente o modelo neoliberal da UE e rejeitar todos os ataques das classes dominantes à democracia, às condições de trabalho e às conquistas sociais dos assalariados que ocorrem em nível europeu. Nesse sentido, foi correto rejeitar o Tratado Constitucional da UE que visava estabelecer uma ordem econômica e social baseada em um modelo neoliberal. É igualmente correto rejeitar o Pacto para o Euro +, o conhecido *Sixpack*, o pacto fiscal e o pacto para a competitividade, já que todas essas medidas visam intensificar mais ainda a orientação neoliberal do pacto de estabilidade europeu e continuar a restringir a soberania da política orçamentária dos parlamentos, sem fortalecer, em troca, a democracia em nível europeu. Por outro lado, a esquerda deveria se opor a modelos de argumentação e estratégias nacionais ou nacionalistas (incluindo os nacionalistas de

¹⁸ Patrimônio público – no sentido meramente jurídico – na verdade, não é nenhuma condição suficiente para isso, como revelou o desenvolvimento dos bancos regionais (*Landesbanken*). Seria preciso desenvolver novas formas de controle democrático de empresas públicas. Tanto no caso dos bancos como no de outras empresas vale o seguinte: enquanto um setor público coexiste com um setor privado, as empresas do setor público precisam concorrer com as empresas do setor privado pelas cotas de mercado e comporta-se de maneira similar voltada para o lucro. Sob essas condições, o patrimônio público sempre corre risco de permanecer uma superestrutura puramente jurídica que encobre a subordinação do setor público ao modo de produção capitalista.

esquerda). O grande desafio consiste em desenvolver estratégias convincentes contra campanhas populistas de direita e processos públicos autoritários. É necessário romper com o jogo de identificação e contraidentificação; não se trata aqui de contraidentificação, senão de desidentificação (Pêcheux 1984).

Não se trata de uma defesa da UE atual nem de um retorno ao Estado nacional. A meta teria que ser unificar as classes subalternas na Europa através de lutas conjuntas. Até agora, no entanto, raramente conseguiu-se de fato europeizar as lutas.¹⁹ São exemplares a greve geral e a jornada de ação pela Europa em 14 de novembro de 2012 ou a greve de solidariedade nos ataques aos assalariados de multinacionais em diferentes locais, como a greve em diversas instalações da General Motors em 2001, quando o grupo ameaçou fechar a fábrica de Luton na Grã-Bretanha.²⁰ Além disso, seria preciso colocar em vigor urgentemente uma coordenação europeia da política tarifária dos sindicatos. A Federação Europeia dos Metalúrgicos já estabeleceu regras para a coordenação da negociação coletiva, porém, na prática, essas regras até agora quase não foram respeitadas. Finalmente, seria preciso lutar pela possibilidade de concluir acordos coletivos em nível europeu. Os sindicatos precisam ser reconhecidos em nível europeu como parceiros de negociação e adquirir direitos de veto e decisão conjunta sempre que os direitos trabalhistas forem afetados. Sindicatos supranacionais com capacidade de atuação e partidos políticos das classes subalternas praticamente não existem até agora em nível europeu e precisariam ser urgentemente fortalecidos.

Colocando os cenários em perspectiva, a esquerda deveria orientar-se no sentido de uma união política estruturada democraticamente e que garanta um equilíbrio social dentro da

¹⁹ Ver a apresentação detalhada das ações de protesto no outono de 2010 em *Dellheim* 2011.

²⁰ Ver a respeito da política do Comitê de Empresa Europeu na General Motors/Opel em *Sablowski* 2013.

Europa. É necessária uma constituição democrática que possibilite uma reestruturação socioambiental. Os bancos centrais nacionais como também o Banco Central Europeu deveriam perder sua independência política, pois de fato, está apenas fundamenta uma divisão de poder informal. Seria necessário democratizar a fixação de tarefas e decisões dos bancos centrais. Da mesma forma, a política do BCE e as ajudas financeiras para países endividados deveriam comprometer-se com metas sociais e ambientais e não com medidas de austeridade que terminarão por piorar as condições de vida e do meio ambiente. Sem alimentar ilusões parlamentares, contudo, faz sentido engajar-se para que o Parlamento Europeu adquira finalmente todos os direitos relevantes de um legislador e controle pelo menos formalmente a Comissão Europeia e sua administração geral. É preciso fortalecer uma opinião pública europeia que também debata questões europeias e em que possa ser levada adiante a formação de uma vontade europeia. Tudo isso também é necessário para fazer frente à erosão da democracia e à utilização de modelos políticos emergenciais de Estado (gabinetes tecnocráticos, tratados multilaterais, revogação das competências parlamentares) de instituições políticas. É preciso ter uma política fiscal comum a fim de conter a concorrência de redução fiscal na Europa. Padrões sociais mínimos nas condições de vida e de trabalho deveriam ser instaurados e gradualmente elevados. Poderiam ser feitos acordos sobre “corredores” para a parcela de gastos sociais no rendimento *per capita* nos países europeus, para evitar um dumping social. Assim poderia surgir uma União Social Europeia.

- f. Mesmo que a defesa contra a política de austeridade tivesse sucesso e fosse possível realizar as reivindicações acima mencionadas em nível nacional e internacional, as contradições enraizadas no modo de produção capitalista não desapareceriam. As tendências da crise simplesmente assumiriam

novamente outras formas. Os processos inflacionários poderiam entrar em primeiro plano, como ocorreu nos anos 1970. De resto, qualquer política de reforma de esquerda logo se veria confrontada com a ameaça da fuga de capitais, como ocorreu no caso do governo de esquerda da França no início dos anos 1980. A dimensão do espaço econômico europeu e o seu poder econômico certamente não fazem a fuga de capital parecer tão atraente assim. Além disso, as medidas que os EUA tomaram contra a Suíça mostram que existem meios consideráveis de agir contra a fuga de capital. De maneira geral, esse é um motivo adicional para pensar além dos passos a serem tomados imediatamente e articular reformas com perspectivas socialistas. A maioria dos países europeus é muito pequena e demasiadamente interligada com outros países para poder romper sozinha com o modo de produção capitalista. Por outro lado, uma “Primavera Europeia” não ficaria restrita a um só país. Uma Europa socialista nova construída de baixo para cima poderia constituir o quadro para introduzir a transição para outro modo de produção e de vida na Europa, e para além dela.

- g. Uma importante tarefa da esquerda é desenvolver uma perspectiva abrangente da emancipação que não ignore uma ou outra forma de dominação. Isso inclui a reestruturação socioambiental, formas de economia solidária e democracia econômica,²¹ bem como a superação de relações sexistas e do racismo. Os Estados Socialistas Unidos da Europa seriam apenas uma forma de transição para uma união de toda a humanidade, para uma sociedade sem classes e livre de dominação, na qual o Estado se extingue.

²¹ Nossas reflexões sobre a democracia econômica e o modo de produção de uma associação de pessoas livres podem ser encontradas, entre outros artigos, em *Demirović 2007* e *Sablowski 2010*.



Bibliografia

AGLIETTA, MICHEL (1979): **A Theory of Capitalist Regulation**. The U.S. Experience, London.

ALBO, GREG/GINDIN, SAM/PANITCH, LEO (2010): **In and Out of Crisis**. The Global Financial Meltdown and Left Alternatives, Oakland.

ALTVATER, ELMAR (1983): **Der Kapitalismus in einer Formkrise**. Zum Krisenbegriff in der politischen Ökonomie und ihrer Kritik [O capitalismo em uma crise da forma. Sobre o conceito de crise na economia política e sua crítica], in: Aktualisierung Marx, Argument-Sonderband AS 10, Berlin.

ALTVATER, ELMAR (1994): **Operationsfeld Weltmarkt oder: Die Transformation des souveränen Nationalstaats in den nationalen Wettbewerbsstaat** [O mercado mundial como campo de operação ou: a transformação do Estado nacional soberano em Estado nacional competitivo]. In: Prokla, caderno 97, ano 24, n. 4, dezembro, 517-547.

ALTVATER, ELMAR (2010): **Der große Krach. Oder die Jahrhundertkrise von Wirtschaft und Finanzen, von Politik und Natur** [O grande crash, ou a crise secular de economia e finanças, política e natureza]. Münster.

ALTVATER, ELMAR/MAHNKOPE, BIRGIT (1993): **Gewerkschaften vor der europäischen Herausforderung**. Tarifpolitik nach Mauer und Maastricht [Os sindicatos diante do desálio europeu. A política salarial depois do Muro e de Maastricht], Münster.

BECKER, JOACHIM (2012): **Blindstellen: Ungleiche Entwicklung und ungleiche Mobilisierung in der EU** [Pontos cegos: desenvolvimento e mobilização desiguais na UE], in: *Prokla* 168, ano 42, n. 3, setembro, 467-476.

BIELING, HANS-JÜRGEN (2010): **Die Globalisierungs- und Weltordnungspolitik der Europäischen Union** [A política de globalização e de organização do mundo da União Europeia], Wiesbaden.

BIELING, HANS-JÜRGEN/STEINHILBER, JOCHEN (2000): **Hegemoniale Projekte im Prozess der europäischen Integration** [Projetos hegemônicos no processo da integração europeia], in: Hans-Jürgen Bieling/Jochen Steinhilber (org.): *Die Konfiguration Europas. Dimensionen einer kritischen Integrationstheorie* [A configuração da Europa. Dimensões de uma teoria crítica da integração], Münster, 102-130.

BOYER, ROBERT (1986): **La théorie de la régulation**. Une analyse critique, Paris.

BRANGSCH, LUTZ (2011): **Griechische Krisen und deutsche Exportüberschüsse** [Crises gregas e excedentes de exportação alemães], Rosa-Luxemburg-Stiftung, Reihe Standpunkte 25/2011.

BUCKS, BRIAN K./KENNICKELL, ARTHUR B./MACH, TRACI L./MOORE, KEVIN B. (2009): **Changes in U.S. Family Finances from 2004 to 2007**: Evidence from the Survey of Consumer Finances. *Federal Reserve Bulletin*, v. 95, fevereiro, A 1-A 55.

BUNDESMINISTERIUM FÜR ARBEIT UND SOZIALORDNUNG (BMAS) (2009): **Statistisches Taschenbuch 2009** [Anuário estatístico do ministério alemão para Trabalho e Ordem Social 2009]. Arbeits- und Sozialstatistik, Berlin.

CANDEIAS, MARIO (2010): **Passive Revolutionen vs. sozialistische Transformation** [Revoluções passivas *versus* transformação socialista], Rosa-Luxemburg-Stiftung, Reihe Papers, Berlin 2010.

CANDEIAS, MARIO (2011): **Interregnum – Molekulare Verdichtung und organische Krise** [Interregno – adensamento molecular e crise orgânica]. In: Demirović et al. 2011, 45-61.

DELLHEIM, JUDITH (2008): **Solidarische Ökonomie – ein Thema für sozialistische Politik** [Economia solidária, um tema para a política socialista], Rosa-Luxemburg-Stiftung, Reihe Standpunkte 28/2008.

DELLHEIM, JUDITH (2011): **Ein Diskussionsbeitrag aus internationalistischer Perspektive** [Uma contribuição ao debate pela perspectiva internacionalista], in: Cornelia Hildebrandt/ Nelli Tügel (Hrsg.): Der Herbst der „Wutbürger“, Soziale Kämpfe in Zeiten der Krise, Rosa-Luxemburg-Stiftung, Reihe Papers, Berlin.

DEMIROVIĆ, ALEX (2007): **Demokratie in der Wirtschaft.** Positionen – Probleme – Perspektiven [Democracia na economia. Posições – problemas – perspectivas], Münster.

DEMIROVIĆ, ALEX (2009): **Kehrt der Staat zurück? Wirtschaftskrise und Demokratie** [O Estado regressará? Crise econômica e democracia], in: Prokla 157, 39. Jg., n. 4, Dezember, 589-605.

DEMIROVIĆ, ALEX (2012): **Reform, Revolution, Transformation** [Reforma, revolução, transformação], in: Michael Brie, Mario Candeias (Hg.): Transformation im Kapitalismus und darüber hinaus, Berlin, 33-48, http://www.rosalux.de/fileadmin/rls_uploads/pdfs/rls_papers/Papers_Transformationkonferenz_1.pdf (Zugriff: 21.4.2013).

DEMIROVIĆ, ALEX U.A. (Hg.) (2011): **VielfachKrise. Im finanzmarktdominierten Kapitalismus** [Múltiplas crises. No capitalismo de dominância financeira], Hamburg.

DOS SANTOS, PAULO L. (2009): **On the Content of Banking in Contemporary Capitalism**. In: Historical Materialism, Vol. 17, 180-213.

DRIBBUSCH, HEINER (2010): **60 Jahre Arbeitskampf in der Bundesrepublik**. Ein Überblick [60 anos de lutas de trabalhadores na Alemanha. Um panorama]. In: Reinhard Bispinck/Thorsten Schulten (Hg.), Zukunft der Tarifautonomie. Hamburg, 145-168.

ELLIOTT, LARRY (2012): **Britain's richest 5% gained most from quantitative easing** – Bank of England, in: The Guardian, 23.8.2012. <http://www.guardian.co.uk/business/2012/aug/23/britains-richest-gained-quantitative-easing-bank> (abgerufen 20.4.2013).

EUROPEAN COMMISSION (2002): **Statistical Annex of European Economy**, Spring 2002. Brüssel.

EUROPEAN COMMISSION (2011): **Statistical Annex of European Economy**, Autumn 2011. Brüssel.

EVANS, TREVOR (2008): **Die internationalen finanziellen Turbulenzen**. [As turbulências financeiras internacionais] In: Etxezarreta, Miren /Trevor, Evans/Huffschild, Jörg /Karrass, Anne / Wolf, Frieder Otto u.a.: EuroMemo 2007. Hamburg, 143-162.

FISAHN, ANDREAS (2012): **Den Stier das Tanzen lehren?** Europa vor neuen Herausforderungen [Ensinando o touro a dançar? A Europa diante de novos desafios], in: Prokla 168, 42. Jg., n. 3, September, 357-376.

GLAWE, HEIKO/SCHRÖDER, MARKUS (1997): **Der Euro und die “Idee Europa”**. Katalysator oder Sprengsatz für die europäische Integration? [O Euro e a “ideia de Europa”. Catalisador ou ignição para uma integração europeia?], Hamburg.

GRAMSCI, ANTONIO (1991ff): **Gefängnishefte** [Cadernos do cárcere], Berlin/Hamburg.

GRASSE, ALEXANDER (2012): **Italienische Finanzkrise und Börsendemokratie** [A crise italiana financeira e a democracia das bolsas]. Fakten – Analysen – Maßnahmen. PIFO – Politische Italien-Forschung, Occasional Papers, No. 13/2012, Justus-Liebig-Universität Gießen, Institut für Politikwissenschaft.

GUTTMANN, ROBERT (1994): **How Credit-Money Shapes the Economy**. The United States in a Global System, Armonk.

HARVEY, DAVID (2004): **Die Geographie des “neuen” Imperialismus: Akkumulation durch Enteignung**. [A geografia do “novo” imperialismo: acumulação através de desapropriação]. In: Christian Zeller (org.), Die globale Enteignungsökonomie (A economia global de desapropriação). Münster, 183-215.

HAUG, WOLFGANG FRITZ (2012): **Hightech-Kapitalismus in der großen Krise** [Capitalismo *high tech* em crise]. Hamburg.

HEINE, MICHAEL/HERR, HANSJÖRG (2006): **Die Europäische Währungsunion im Treibsand** [A União Monetária Europeia no atoleiro]. In: Prokla, caderno 144, ano 36, n. 3, setembro, 369-379.

HEINRICH, MATHIS (2012): **Zwischen Bankenrettungen und autoritärem Wettbewerbsregime** [Entre salvar os bancos e regimes autoritários para a concorrência], in: Prokla 168, 42. Jg., n. 3, September, 395-412.

HESSE, MARTIN/PAULY, CHRISTOPH/SCHULZ, THOMAS/SEITH, ANNE (2012): **USA against Deutsche Bank**, in: Der Spiegel vom 30.1.2012.

HIRSCH, JOACHIM (1995): **Der nationale Wettbewerbsstaat** [O estado nacional da concorrência], Berlin/Amsterdam.

HORKHEIMER, MAX (1988a): **Autorität und Familie** [Autoridade e família], in: ders.: Gesammelte Schriften, Bd. 3, Frankfurt am Main.

HORKHEIMER, MAX (1988b): **Die Juden und Europa** [Os judeus e a Europa], in: ders.: Gesammelte Schriften, Bd. 4, Frankfurt am Main.

HUFFSCHMID, JÖRG (2009): **Das Ende des Finanzmarktkapitalismus?** [O fim do capitalismo financeiro de mercado?] In: Z. Zeitschrift Marxistische Erneuerung, 20. Jg., Heft 78, 37-51.

HUSSON, MICHEL (2012): **Zur Wiederbegründung Europas** [Para uma nova fundação da Europa], in: Luxemburg. Gesellschaftsanalyse und linke Praxis, 2/2012, 28-32.

INSTITUT FÜR GESELLSCHAFTSANALYSE DER ROSA-LUXEMBURG-STIFTUNG (IfG) (2011): **Organische Krise des Finanzmarktkapitalismus: Szenarien, Konflikte, konkurrierende Projekte** [Crise orgânica do capitalismo financeiro de mercado: cenários, conflitos e projetos concorrentes], Thesen, Berlin.

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION (ILO) (2009): **Global wage report 2008–2009**, Genf.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF) (2013): **World Economic Outlook**, April 2013, Washington.

ITOH, MAKOTO/LAPAVITSAS, COSTAS (1999): **Political Economy of Money and Finance**, Houndmills.

KARRASS, ANNE (2012): **Hintergrundpapier Fiskalvertrag** [Documento de base para acordos fiscais], http://www.nachdenkseiten.de/upload/pdf/120329_anne_karrass_hintergrundpapier_fiskalvertrag.pdf

KENNICKELL, ARTHUR/SHACK-MARQUEZ, JANICE (1992): **Changes in Family Finances from 1983 to 1989: Evidence from the Survey of Consumer Finances**. Federal Reserve Bulletin, Vol. 78, Januar 1992, 1-18.

KONECNY, MARTIN (2012): **Die Herausbildung einer neuen Economic Governance als Strategie zur autoritären Krisenbearbeitung in Europa** – gesellschaftliche Akteure und ihre Strategien [O surgimento de uma nova governança econômica como estratégia ao tratamento autoritário da crise na Europa – atores sociais e suas estratégias], in: Prokla 168, 42. Jg., n. 3, September, 377-394.

KRIPPNER, GRETA (2005): **The financialization of the American economy**, in: Socio-Economic Review, 3. Jg., 173-208.

LAPAVITSAS, COSTAS (2009): **Financialised Capitalism: Crisis and Financial Expropriation**. In: Historical Materialism, Vol. 17, 114-148.

LAPAVITSAS, COSTAS (2013): **The Eurozone Crisis through the Prism of World Money**, in: Martin H. Wolfson, Gerald A. Epstein (Hg.), *The Handbook of the Political Economy of Financial Crises*, Oxford, 378-392.

LAPAVITSAS, COSTAS U.A. (2011): **Breaking up? A route out of the Eurozone crisis**. Research on Money and Finance, RMF Occasional report 3, November, London.

LENTZOS, FILIPPA/ROSE, NIKOLAS (2008): **Die Unsicherheit regieren**. Biologische Bedrohungen, Notfallplanung, Schutz und Resilienz in Europa [A insegurança governa. Ameaças biológicas, planos de contingência, seguro e resiliência na Europa], in: Patricia Purtschert/Katrin Meyer/Yves Winter (Hrsg.): *Gouvernementalität und Sicherheit, Zeitdiagnostische Beiträge im Anschluss an Foucault*, Bielefeld.

LIPIETZ, ALAIN (1985): **Akkumulation, Krisen und Auswege aus der Krise: Einige methodische Überlegungen zum Begriff der „Regulation“** [Acumulação, crises e as saídas da crise: algumas reflexões de método sobre o significado da “regulação”]. In: *Prokla*, Heft 58, 15. Jg., n. 1, März, 109-137.

LOHOFF, ERNST/TRENKLE, NORBERT (2012): **Die große Entwertung. Warum Spekulation und Staatsverschuldung nicht die Ursache der Krise sind**. [A grande depreciação. Porque a especulação e o endividamento do estado não são a causa da crise]. Münster.

MARCUSE, PETER (2008): **Ein anderer Blick auf die Subprime-Krise** [Outra visão sobre a crise do crédito hipotecário de risco]. In: *Prokla*, Heft 153, 38. Jg., n. 4, Dezember, 561-568.

MARX, KARL/ENGELS, FRIEDRICH: **Werke**, Berlin, verschiedene Jahre [Obras, vários anos].

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE (2013): **Financial globalization: Retreat or reset?** Global capital markets 2013, o.O., März.

MILIOS, JOHN/SOTIROPOULOS, DIMITRIS P. (2010): **Crisis of Greece or crisis of the euro?** A view from the European 'periphery'. In: Journal of Balkan and Near Eastern Studies, Vol. 12, n. 3, September, 223-240.

MORGENSON, GRETCHEN (2008): **Arcane market is next to face big credit test**, in: New York Times vom 17.2.2008.

MÜLLER, KLAUS/SCHMIDT, RUDI (2010): **Von der griechischen zur europäischen Krise** [Da crise grega à europeia]. In: Prokla 159, 40. Jg., n. 2, 277-300.

MUSACCHIO, ANDRÉS (2012): **Umstrukturierung der Verschuldung und Wachstumsbedingungen: Griechenland und Argentinien im Vergleich** [Desestruturando o endividamento e a necessidade de crescimento: comparação entre Grécia e Argentina], in: Prokla 168, 42. Jg., n. 3, September, 433-453.

OBERNDORFER, LUKAS (2012a): **Der Fiskalpakt – ein weiterer Schritt in Richtung Entdemokratisierung** [O pacto fiscal – um passo além na direção da desdemocratização], Arbeiterkammer Wien, Infobrief EU & International 1/2012.

OBERNDORFER, LUKAS (2012b): **Die Renaissance des autoritären Liberalismus?** [O renascimento do liberalismo autoritário?] Carl Schmitt und der deutsche Neoliberalismus, in: Prokla 168, 42. Jg., n. 3, September, 413-431.

ONARAN, ÖZLEM (2011): **An internationalist transitional program towards an anti-capitalist Europe**. A reply to Costas Lapavistas, o. O., <http://gesd.free.fr/ozlem2lap.pdf>

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) (2007): **Employment Outlook 2007**, Paris.

PANITCH, LEO/GINDIN, SAM (2012): **The making of global capitalism**. The political economy of American empire, London.

PÊCHEUX, MICHEL (1984): **Zu rebellieren und zu denken wagen!** Ideologien, Widerstände, Klassenkampf [Ousar rebelar-se e refletir! Ideologias, resistências, luta de classes]. In: kultuRRevolution, n. 5, 1984, 61-65, e n. 6, 1984, 63-66.

PIKETTY, THOMAS/SAEZ, EMMANUEL (2010): **Income Inequality in the United States, 1913-2008**, dados de julho de 2010, <http://elsa.berkeley.edu/~saez/TabFig2008.xls>.

POULANTZAS, NICOS (1977): **Die Krise der Diktaturen** [A crise das ditaduras], Frankfurt am Main.

PROJEKT KLASSENANALYSE (1976): **Gesamtreproduktionsprozeß der BRD. Kritik der volkswirtschaftlichen Gesamtrechnung** [Processo de reprodução geral da Rep. Federal da Alemanha. Crítica da contabilidade macroeconômica]. Berlin.

SABLOWSKI, THOMAS (2003): **Kapitalmarktorientierte Unternehmensführung und neue Branchenstrukturen: Das Beispiel der InfoCom-Industrie** [Capitalismo orientado ao mercado de gestão empresarial e a nova estrutura setorializada: o exemplo da indústria *InfoCom*]. In: Klaus Dörre/Bernd Röttger (org.), *Das neue Marktregime. Konturen eines nachfordistischen Produktionsmodells*, Hamburg, 206-226.

SABLOWSKI, THOMAS (2005): **Shareholder Value, neue Geschäftsmodelle und die Fragmentierung von Wertschöpfungsketten** [Valores de acionistas, novos modelos econômicos e a fragmentação de cadeias com valores globais]. In: Hilde Wagner (org.): "Rentier' ich mich noch?" Neue Steuerungskonzepte im Betrieb. Hamburg, 59-86.

SABLOWSKI, THOMAS (2010): **Die Produktionsweise eines Vereins freier Menschen** [Os modos de produção para uma união de pessoas livres]. In: Luxemburg. Gesellschaftsanalyse und linke Praxis, caderno 4/2010, 122-129.

SABLOWSKI, THOMAS (2013): **Gewerkschaften und Standortkonkurrenz: Der Fall General Motors/Opel** [Sindicatos e concorrência geográfica: o caso GM/Opel], in: Luxemburg. Gesellschaftsanalyse und linke Praxis, 1/2013, 40-45.

SCHMIDT, INGO (2009): **Große Krisen seit den 1930er Jahren** [Grandes crises desde os anos 1930], in: *Prokla* 157, ano 39, n. 4, dezembro, 523-540.

SHAIKH, ANWAR M./TONAK, E. AHMET (1994): **Measuring the wealth of nations**. The political economy of national accounts. Cambridge.

STOCKHAMMER, ENGELBERT (2007): **Charakteristika eines finanz-dominierten Akkumulationsregimes in Europa** [Características de um regime financeiro]. In: *WSI-Mitteilungen*, ano 60, caderno 12, 643-649.

TRANKOVITS, LASZLO (2011): **Weniger Demokratie wagen. Wie Wirtschaft und Politik wieder handlungsfähig werden** [Ousar menos democracia: como a economia e a política podem voltar a agir]. Frankfurter Allgemeine Buch, Frankfurt/M.

U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE/ BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS: **National Income and Product Account – NIPA**, Table 1.14, <http://www.bea.gov/itable/index.cfm> (consultado em 22/4/2013).

VERGOPOULOS, KOSTAS (1987-88): **Economic Crisis and Modernization in Greece**. In: International Journal of Political Economy, v. 17, n. 4, 106-140.

WIENOLD, HANNS (1982): **Gesellschaftlicher Reichtum und die Armut der Statistik** [Riqueza social e a pobreza da estatística]. 2ª versão revisada, Münster.

WINDOLF, PAUL (2008): **Eigentümer ohne Risiko. Die Dienstklasse des Finanzmarktkapitalismus** [Proprietários sem risco. A classe de serviço do capitalismo do mercado financeiro], In: Zeitschrift für Soziologie 6/2008.

ZSCHÄPITZ, HOLGER (2013): **Mit griechischen Papieren fette Gewinne machen** [Lucros gordos com títulos gregos], In: Die Welt, 1/1/2013. <http://www.welt.de/finanzen/geldanlage/article112322650/Mit-griechischen-Papieren-fette-Gewinne-machen.html> (visto em 20/4/2013).

Legenda das imagens



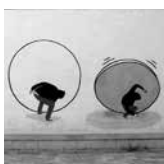
p.14
Capitalismo é crise.
Imagem de stencil aplicado
em muros de diversas cidades europeias



p.19
Crise europeia
Foto: Denis Bocquet
Berlim, novembro de 2014



p.23
Se você acha que o capitalismo funciona,
pergunte a alguém que não está
trabalhando. Foto: William Murphy
Dublin, maio de 2012



p.27
Street Art vs. Capitalismo,
autor: Escif.
Grottaglie, Itália, 2011.



p.42
Capitalismo
Foto: Fabio Menna
Sardenha, julho de 2012



p.51
Isto não é crise. Isto é capitalismo.
Foto: Flats!
Amsterdã, agosto de 2010



p.57

Outro mundo é possível, outro mundo vem aí, outro mundo é realidade

Foto: Noel Douglas

Copenhague, abril de 2010



p.66

Dar a conhecer o que é escondido e desperdiçado pela crise imobiliária

Foto: Bloco de Esquerda

Lisboa, maio de 2014



p.85

Artista: Blu

Mural em Berlim.



p.85

Não é crise, é capitalismo

Foto: Bjørn Giesenbauer

Granollers, Espanha, maio de 2011



A Fundação Rosa Luxemburgo

A Fundação Rosa Luxemburgo é uma das principais instituições de educação política do planeta, com escritórios na África, América, Ásia, Europa e Oriente Médio. A organização procura contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária, promovendo pesquisa, reflexão e debate sobre alternativas ao capitalismo.

Fundada em 1990 em Berlim, a fundação é uma instituição sem fins lucrativos vinculada ao partido A Esquerda (Die Linke, em alemão). Desde 2000, suas iniciativas de cooperação internacional e solidariedade contam com apoio do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento e do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

O escritório regional do Brasil e Cone Sul atua, desde 2003, na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Conta com duas unidades, uma em São Paulo e uma em Buenos Aires. Na região, os eixos principais são: resistência nas cidades, com foco na defesa de direitos, transparência e democracia; resistência no campo, com críticas a modelos extrativistas, transgênia e mercantilização da natureza; e alternativas ao desenvolvimentismo, com uso de experiências locais e conceitos como Bem Viver.

Visite www.rosaluxspba.org

Este livro foi composto em Minion e Helvetica Neue
e impresso sobre papel reciclado 90gr
pela Gráfica e Editora Nova Letra.



Se o capital é conceituado na tradição de Marx como valor que se valoriza, uma crise pode ser definida em geral como valor que se desvaloriza. Mas pouco adianta tentar ir mais longe e entender a crise mundial de hoje recorrendo a categorias genéricas ou próprias a períodos anteriores. É preciso apreender o que há de novo agora pela configuração das “múltiplas” dimensões em cada caso nacional e regional. É o que se propõem os autores para a Europa e sua “zona do euro”, parte decisiva da crise mundial, que só pode ser entendida como resultado de mudanças importantes nas formas de acumulação do capital ocorridas nas três últimas décadas.

Jorge Grespan

